

LINDSEY DE OLIVEIRA CORRÊA

**REFLEXÕES ACERCA DA MEMÓRIA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DOS
MONUMENTOS - É POSSÍVEL (RE) ESCREVER A HISTÓRIA?**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

2023

LINDSEY DE OLIVEIRA CORRÊA

**REFLEXÕES ACERCA DA MEMÓRIA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DOS
MONUMENTOS - É POSSÍVEL (RE) ESCREVER A HISTÓRIA?**

Mestrado em História e Patrimónios

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Prof.^a Doutora Renata Klautau Malcher de Araujo



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

2023

**REFLEXÕES ACERCA DA MEMÓRIA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DOS
MONUMENTOS - É POSSÍVEL (RE) ESCREVER A HISTÓRIA?**

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho.

Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright Lindsey de Oliveira Corrêa

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou em forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Esta pesquisa tem suas raízes nos campos de estudo da memória e do patrimônio, mas busca expandir seu enfoque através da análise de eventos recentes. Após a morte de George Floyd em maio de 2020, emergiram antigas e novas discussões sobre a retirada ou derrubada de monumentos localizados no espaço público que homenageiam figuras históricas associadas a memórias dolorosas. Neste contexto, o estudo se propõe a examinar a presença dessas inquietações no meio acadêmico-científico e como se relacionam com os movimentos sociais.

O espaço público é um campo de batalha simbólico, onde a memória é usada como uma ferramenta de poder. Monumentos e estátuas historicamente prestaram homenagem a figuras que moldaram a narrativa dominante, muitas vezes omitindo ou marginalizando histórias e experiências que não se encaixam nessa narrativa. Portanto, uma das questões centrais desta pesquisa é a proposta de decolonizar o espaço público. Isso implica questionar as narrativas hegemônicas que perpetuam a opressão e o colonialismo, abrindo espaço para vozes marginalizadas e reconhecendo as memórias silenciadas. Não se trata apenas de remover monumentos, mas de repensar como a memória é construída e representada coletivamente. É importante ressaltar que esta pesquisa não visa propor soluções definitivas, mas sim provocar reflexões e debates sobre a complexidade das questões envolvidas. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais profunda de como a memória e o espaço público estão interligados e como podem ser (re)imaginados através de uma crítica da escrita da história.

Palavras-chave: memória; monumento; patrimônio; história; decolonialidade.

This research has its roots in the fields of memory and heritage studies, but seeks to expand its focus by analyzing recent events. Following the death of George Floyd in May 2020, old and new discussions have emerged about the removal or tearing down of monuments located in public space that pay homage to historical figures associated with painful memories. In this context, the study aims to examine the presence of these concerns in the academic-scientific environment and how they relate to social movements.

This research has its roots in the fields of memory and heritage studies, but seeks to expand its focus by analyzing recent events. Following the death of George Floyd in May 2020, old and new discussions have emerged about the removal or tearing down of monuments located in public space that pay homage to historical figures associated with painful memories. In this context, the study aims to examine the presence of these concerns in the academic-scientific environment and how they relate to social movements.

Public space is a symbolic battlefield, where memory is used as a tool of power. Monuments and statues have historically paid homage to figures who have shaped the dominant narrative, often omitting or marginalizing stories and experiences that don't fit that narrative. Therefore, one of the central issues of this research is the proposal to decolonize public space. This implies questioning the hegemonic narratives that perpetuate oppression and colonialism, opening up space for marginalized voices and acknowledging silenced memories. It's not just about removing monuments, but about rethinking how memory is constructed and represented collectively. It is important to emphasize that this research does not aim to propose definitive solutions, but rather to provoke reflection and debate on the complexity of the issues involved. The aim is to contribute to a deeper understanding of how memory and public space are interconnected and how they can be (re)imagined through a critique of the writing of history.

Keywords: memory; monumento; heritage; history; decoloniality.

Resumo	4
Abtract	5
Índice geral	6
Índice de imagens	7
Introdução	8
Capítulo 1 - A problemática dos monumentos	15
1.1 - O caso George Floyd e a reaccessa discussão em torno da derrubada de estátuas	15
1.2 - O espaço público em disputa: a questão da narrativa	25
1.2 - Tecnicidades: Nem toda estátua constitui um património cultural	29
Capítulo 2 - Reflexões acerca da memória	32
2.1 – Memória e história, breve arcabouço conceitual.....	32
2.2 – Memória como instrumento de poder	39
2.3 – Memória, património e identidade	43
Capítulo 3 - É possível (re) escrever a história?	47
3.1 – Ecos de um giro decolonial	47
3.2 – O desafio de uma escrita crítica da história	51
3.3 – O que fazer ao que já não pertence?	54
Considerações finais	58
Referências bibliográficas	61

Capítulo 1

Imagem 1 - Estátua de Edward Colston em Bristol	17
Imagem 2 - Estátua de Edward Colston sendo atirada ao rio Avon por manifestantes..	17
Imagem 3 - Estátua de Churchill com a pichação de manifestantes	20
Imagem 4 - Estátua equestre de Leopoldo II pichada por manifestantes na Bélgica	21
Imagem 5 - Estátua de Borba Gato antes e depois	24

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas **uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz a sua entrada**, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso das lutas. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento.¹

Era de se esperar que ao introduzir um trabalho cujo principal tema é a memória, a primeira citação também o fosse. Tal citação seria um pequeno texto ou extrato que durante a fase inicial de investigação e estudos tenha causado um impacto considerável ou mesmo servisse para abrir a discussão conceitual sobre o tema. Entretanto, embora o trecho citado acima enquadre-se em tudo isso, refere-se aos *acontecimentos*.

Talvez por certo conforto de minha parte, começo aqui por expor que o *acontecimento* foi o que despertou em mim interesses por estudar a memória. Isso porque como todo conceito, a memória também sofre de um distanciamento natural, que nos leva a necessitar enxergá-lo e tratá-lo através de suas manifestações, no caso específico deste estudo, por se tratar da memória, seus vetores². Outra maneira são os

¹ FOUCAULT, M. (1984) *Microfísica do poder*. 4ªEd, Rio de Janeiro: Graal, p. 28. (Grifo nosso)

² Os "vetores de memória" são elementos ou objetos tangíveis que carregam e transmitem memórias coletivas ou individuais. Eles atuam como condutores ou canais através dos quais a memória é expressa, compartilhada e preservada. No entanto, é fundamental exercer cautela para evitar a confusão entre os vetores de memória e a própria memória, uma vez que esses termos têm significados distintos e desempenham papéis diferentes na construção e na comunicação das lembranças. Os vetores de memória podem assumir diversas formas, como monumentos, documentos históricos, fotografias, artefatos culturais, lugares físicos e até mesmo tradições orais. Cada um desses elementos serve como uma âncora que conecta as pessoas ao passado e às narrativas que moldaram suas identidades e perspectivas. É importante lembrar que tais vetores podem ser seletivos e influenciados por interpretações subjetivas, culturais e políticas. Portanto, é objetivo deste trabalho abordar os vetores de memória, em caso mais específico os monumentos, com sensibilidade e crítica, reconhecendo que eles

acontecimentos, estes deixam marcas, formam costumes e tradições a partir de sua eclosão e consequências. Os acontecimentos contribuem grandemente para a nossa formação de memória. E foi justamente essa característica, o foco de interesse primordial que culmina no trabalho que aqui segue.

Preocupações com a memória, seja por interesse em sua perpetuação ou angústias em relação ao esquecimento estão presentes na agenda moderna. Não é um tema constante na produção acadêmica, mas de tempos em tempos algum acontecimento traz a tona um desassossego que faz o homem do presente se voltar ao passado através da memória. Os acontecimentos são movimentos ideológicos ou materiais que habitam o espaço público e a por isso implicam um caráter coletivo. A memória é tecida por esses acontecimentos, pode também por eles ser revisitada, recriada, criminalizada, apagada ou reafirmada. Os acontecimentos são forças orgânicas da história, são reações e vozes da sociedade, raízes sobre a qual cresce a árvore da memória.

Não é incomum encontrar em trabalhos, como este, que relacionam história e memória uma celebre frase de Pierre Nora que diz: *fala-se tanto em memória porque ela já não existe*³. De fato, o aceleramento proveniente da modernidade traz a sensação de distanciamento cada vez maior entre o presente e o passado, dá ênfase ao sentimento de que a realidade de hoje está a anos luz do que fora outrora pela quantidade de informações e mudanças que se apresentam entre as duas. Segundo Nora, o que haveria seria uma vontade de memória refletida nos “lugares de memória”, ou seja, espaço e objetos imbuídos de um sentido a eles atribuído, mas sem espírito. Mas se o que existe hoje fossem apenas lugares a serem revisitados como uma grande enciclopédia, a memória realmente já não existiria. Só que ao contrário dessa mecanicidade catalográfica, percebe-se hoje uma revisitação da memória no sentido de levá-la a julgamento, há a urgência por uma escrita crítica e decolonial da história.

podem ser utilizados para construir narrativas específicas e moldar percepções do passado. Para maiores referências, recomenda-se a leitura de *Les lieux de mémoire*, ou *Comment ils m’ont échappé*. In: NORA, P. (1984), (dir), *Les Lieux de Mémoire*, Editions Gallimard, Vol. I, Paris; e ASSMANN, J. (2011). *Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives*. Cambridge University Press.

³ NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. (2012). Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

A memória, revisitada a cada acontecimento contemporâneo, é submetida ao julgamento do tribunal da sociedade. Ela é processada e reexaminada com o objetivo de determinar se é justa em relação à imagem atual do corpo social. Os valores e ideias que a memória reflete são confrontados, questionados e ponderados à luz dos padrões morais e culturais vigentes. Os acontecimentos recentes que culminaram em mais uma onda de questionamentos sobre a memória, dos quais este trabalho faz eco, são as manifestações em torno de monumentos que homenageiam pessoas ou eventos dolorosos da história.

Essa dissertação encontra-se dividida em três partes, introdução, capítulos e conclusão. Na introdução são dadas ferramentas e informações imprescindíveis para a compreensão da problemática desenvolvida ao longo do trabalho, além de um guia de sua estrutura para melhor localização dos assuntos ao longo do texto. Será tratado o incômodo que instigou a presente investigação, como este se mostra presente e urgente de um debate, além de também falar a respeito das fontes primárias e secundárias sobre as quais se desenvolveram os limites deste estudo.

Quanto aos capítulos, estes encontram-se divididos em três, segundo a ordem: no **primeiro** examina-se a questão dos monumentos e do patrimônio cultural em meio a debates contemporâneos, com foco na discussão sobre a derrubada de estátuas. Começa destacando o impacto do caso George Floyd em 2020 nos Estados Unidos e como isso reacendeu o debate global sobre a relevância de monumentos que homenageiam figuras históricas associadas a regimes autoritários, racistas e colonialistas. Os manifestantes questionaram a relevância desses monumentos e a necessidade de uma mudança radical nas condições sociais e políticas das minorias étnicas.

Exemplos de derrubada de estátuas são apresentados, como a estátua de Edward Colston em Bristol, Reino Unido, e os monumentos associados à Confederação, nos Estados Unidos. Esses eventos provocaram debates nacionais sobre o valor desses monumentos. Sobre tais acontecimentos serão apresentadas vozes e o que dizem a esse respeito, por exemplo, a defesa da historiadora Mary Del Priore pela ressignificação dos espaços públicos a partir de uma perspectiva crítica da história, argumentando que a história é um processo contínuo refletido nas estruturas sociais do presente.

A luta pelo espaço público é discutida com base na teoria de Pierre Bourdieu, que enfatiza a disputa simbólica pelo espaço e pelo poder de definir o que é legítimo no

espaço público. Marc Bloch e Angela Davis também são citados para destacar como os monumentos podem ser usados para legitimar o poder político e silenciar vozes marginais.

O capítulo aborda protestos em todo o mundo, como os relacionados à estátua do rei Leopoldo II na Bélgica e a queima da estátua de Borba Gato em São Paulo, Brasil, ressaltando a importância do questionamento da narrativa histórica oficial e da inclusão de histórias subalternas. Além disso, discute a necessidade de uma revisão crítica da história e questionamento dos valores celebrados nas sociedades contemporâneas, enfatizando que a luta pela representação nos espaços públicos é essencial para uma história mais justa e inclusiva.

Este primeiro capítulo destaca a importância de se considerar o espaço público como um campo de disputa e reflexão sobre a construção e representação da narrativa histórica, bem como a necessidade de promover um debate democrático sobre a preservação do patrimônio cultural e da memória coletiva. Também enfatiza a importância de levar em conta a diversidade de perspectivas e vozes na construção da narrativa histórica.

Finalmente, aborda a questão das tecnicidades envolvidas na classificação de monumentos como patrimônio cultural, destacando que nem todas as estátuas são automaticamente consideradas patrimônio cultural e que critérios legais definem essa classificação. No entanto, a discussão sobre patrimônio cultural também deve considerar a representatividade e a diversidade na sociedade.

Este capítulo fornece uma visão abrangente da problemática dos monumentos, destacando sua importância na construção da memória coletiva e na luta pela representação e inclusão nos espaços públicos. Também aborda questões legais relacionadas ao patrimônio cultural e a necessidade de uma abordagem reflexiva e democrática na preservação e reinterpretação desses monumentos.

No **segundo** capítulo explora-se a complexa relação entre memória e história, procurando desvendar nuances que envolvem esses dois conceitos muitas vezes interligados, mas nunca simplistas. A memória, frequentemente associada à capacidade de recordar, e a história, relacionada a eventos passados, mostraram-se entrelaçadas de maneiras intrigantes. Inicia-se destacando como a percepção da memória evoluiu ao longo da história. Quando no passado era frequentemente considerada um complemento

menor na construção do conhecimento histórico, com o foco principal na pesquisa de documentos e eventos. No entanto, com o tempo, percebeu-se que a memória não era apenas um acessório, mas uma parte intrínseca da narrativa histórica.

A memória desempenha um papel fundamental na formação da identidade de grupos e sociedades, moldando a maneira como as pessoas se veem e se relacionam com o passado. Transmitida oralmente de geração em geração, ela também é vital na preservação de tradições, culturas e valores. Ela, portanto, oferece uma janela única para o passado, enriquecendo a compreensão da história e desafiando narrativas unilaterais. Isso levou os historiadores a incorporar estudos de memória como parte integral da disciplina histórica, permitindo uma abordagem mais completa e inclusiva.

No entanto, também exploramos as tensões e contradições na relação entre memória e história. Enquanto a memória é moldada por forças sociais, políticas e culturais, a história busca a objetividade e está sujeita à crítica científica. Essa dualidade pode levar a retratos parciais e subjetivos na memória, contrastando com a busca de objetividade na história.

Além disso, discute-se como a memória pode ser usada como um instrumento de poder, como exemplificado na obra "1984" de George Orwell. O controle da memória coletiva pode ser usado para legitimar o poder político e promover a conformidade social. Quem controla o passado tem o poder de moldar o futuro.

Autores como Michel Foucault e Pierre Nora também são trazidos para tratar a seletividade da memória coletiva e como os monumentos e práticas de comemoração podem ser usados para reforçar narrativas ideológicas. No entanto, destaca-se que os monumentos não são estáticos em seu significado e podem ser reinterpretados à medida que a sociedade muda.

A última parte do capítulo é um mergulho nas interações complexas entre memória, patrimônio e identidade, revelando como esses elementos se entrelaçam e influenciam a compreensão do passado e assim, os acontecimentos no presente. A memória é tida aqui como mais do que apenas lembrar o passado; é uma força ativa que molda as escolhas, valores e aspirações. Através de histórias e heranças transmitidas de geração em geração, experiências compartilhadas e narrativas pessoais, constrói-se um senso de pertencimento e conexão com o mundo ao redor.

É exposto também como o patrimônio desempenha um papel crucial na preservação e transmissão da memória e um papel vital na construção de identidades. A questão da identidade é esboçada como resultado de um diálogo constante entre memória e patrimônio, que gera por resultado a forma como nos percebemos a nós mesmos e ao mundo à volta, moldando tanto identidades pessoais quanto culturais.

No entanto também é exposta a nem sempre harmoniosa interconexão entre os grupos que dividem os espaços, como evidenciado por disputas entre grupos sociais com diferentes interpretações da memória. Eventos históricos politicamente carregados, como revoluções ou guerras, muitas vezes geram interpretações contrastantes que podem desafiar identidades.

No **terceiro** e último capítulo, que assim como os outros também se divide em três seções, são abordados temas como a diferença entre os dois termos para justificação teórica da tese, entendendo que, enquanto "descolonial" está associado a desconstruir as estruturas coloniais de poder, "decolonial" vai além, questionando a modernidade e universalidade do conhecimento ocidental. A ideia central é a horizontalidade entre diferentes perspectivas culturais e históricas em prol da promoção da igualdade na produção de conhecimento e na sua representação.

Apresenta-se também a importância da escrita crítica da história para questionar interpretações tradicionais, identificar vieses históricos e revelar perspectivas negligenciadas. Exemplos de obras como *A História do Declínio e Queda do Império Romano* de Edward Gibbon e *Os Condenados da Terra* de Frantz Fanon ilustram como essa abordagem pode reformular nossa compreensão do passado.

Por fim, essa última seção aborda o debate global sobre o destino de monumentos que representam uma memória dolorosa, colonial e racista. São exploradas alternativas, como a recontextualização dos monumentos, a desmonumentalização e remoção responsável, a consulta pública e a substituição por homenagens a figuras e eventos históricos subalternos. Essas alternativas visam compor a discussão atual para criar espaço para diferentes narrativas históricas e corrigir distorções, promovendo a justiça social e a reconciliação.

Em resumo, o capítulo enfoca a importância da crítica da história e da construção de uma memória decolonial, destacando desafios e alternativas para enfrentar

monumentos controversos e promover uma compreensão mais equitativa e inclusiva do passado.

Desta forma, a presente tese objetiva compor discussões e participar de debates sobre as intrincadas conexões que existem entre memória, história e os acontecimentos que moldam nosso mundo contemporâneo. Ao longo das páginas deste trabalho, buscamos explorar minuciosamente como esses elementos não apenas coexistem, mas também interagem de maneira profunda, influenciando diretamente nossa percepção do passado e, conseqüentemente, nosso entendimento do presente.

A memória, como destacado neste estudo, não é uma mera lembrança estática do que já ocorreu, mas sim uma força viva e ativa que orienta nossas escolhas, valores e aspirações. Por meio das narrativas transmitidas de geração em geração, das experiências compartilhadas e das histórias pessoais, ela se torna a argamassa que constrói nossa sensação de pertencimento e conexão com o ambiente ao nosso redor. É a memória que nos permite entender nossa herança cultural e histórica, moldando nossa identidade individual e coletiva.

Além disso, a história desempenha um papel complementar, buscando fornecer uma narrativa estruturada e objetiva dos eventos passados. No entanto, essa objetividade muitas vezes entra em conflito com as subjetividades da memória, criando tensões que enriquecem o panorama geral, mas também desafiam a busca por uma história imparcial. A história busca capturar os eventos e processos do passado, enquanto a memória, em suas várias formas, adiciona cores e perspectivas humanas a essa tapeçaria histórica.

O que torna este estudo ainda mais relevante é o contexto de acontecimentos contemporâneos que têm o poder de reconfigurar nossa relação com o passado. Os debates globais em torno da derrubada de estátuas e monumentos que celebram figuras históricas controversas são apenas um exemplo disso. Esses eventos desencadeiam reflexões críticas sobre a relevância desses monumentos em nossa sociedade atual e levantam questões profundas sobre quem ou o que eles representam. A memória, mais uma vez, é influenciada diretamente por esses acontecimentos, pois são esses eventos que desafiam e moldam nossa compreensão coletiva do passado.

Por meio desta dissertação, aspiramos poder contribuir para um debate crítico e reflexivo sobre a construção da memória e da história em uma sociedade em constante

evolução. Reconhecemos que a memória não é apenas um relicário do passado, mas uma força ativa que está em constante diálogo com os acontecimentos do presente. Portanto, ao iluminar essas complexas relações entre memória, história e acontecimentos contemporâneos, esperamos proporcionar uma base sólida para uma compreensão mais profunda do mundo e de nós mesmos, enquanto participantes ativos na criação e revisão contínua da narrativa histórica.

1.1 – O caso George Floyd e a reacesa discussão em torno da derrubada de estátuas

Nos últimos anos, a questão dos monumentos e património tem sido objeto de intenso debate em todo o mundo. Em muitos países, surgiram movimentos populares questionando a relevância de estátuas e monumentos de figuras históricas que representam regimes autoritários, racistas, colonialistas, entre outros. No entanto, o caso mais emblemático e que serviu de estopim para o atual debate foi o assassinato de George Floyd em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, por um policial branco, Derek Chauvin, que ficou ajoelhado em seu pescoço por mais de nove minutos. Tal acontecimento gerou uma onda de indignação e de protestos em todo o mundo, motivados pela brutalidade policial, pelo racismo e pela opressão sistêmica contra as minorias étnicas nos Estados Unidos.

George Floyd tornou-se um símbolo da luta contra o racismo e a opressão em todo o mundo, e seu assassinato trouxe à tona questões históricas sobre a segregação racial, a discriminação e a violência policial no país. O caso de Floyd não foi um fato isolado, mas sim uma parte de um padrão de violência racial que tem sido historicamente sistêmico não só nos Estados Unidos como em outros países.⁴

As manifestações contra o racismo e a violência policial nos EUA inspiraram uma série de movimentos populares ao redor do mundo. Os manifestantes apontaram a necessidade de uma mudança radical nas condições sociais, econômicas e políticas dos

⁴ Nos Estados Unidos, 235 negros foram mortos por policiais em 2020, de acordo com o *Mapping Police Violence*, uma base de dados colaborativa sobre violência policial nos EUA. Isso representa uma taxa de mortalidade de 35 negros mortos por milhão de pessoas negras nos EUA. Apesar de representarem apenas 13% da população do país. Já no Brasil, país de maioria negra/parda o Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou 6.357 pessoas mortas pela polícia em 2020, sendo que 79,1% eram negras. Isso significa que mais de 5 mil negros foram mortos por policiais no Brasil somente no ano passado. Ver: *Mapping Police Violence*: <https://mappingpoliceviolence.org/> e Anuário Brasileiro de Segurança Pública: <https://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2020/>.

negros e das minorias étnicas, e questionaram a relevância de monumentos e estátuas que honram figuras históricas racistas ou colonialistas.

Em 7 de junho de 2020, em Bristol, Reino Unido, manifestantes derrubaram uma estátua de Edward Colston, um comerciante de escravos do século XVII. A estátua fora feita por John Cassidy no ano de 1895 para honrar um nome que até então seria de destaque e identificação para a cidade. O monumento permaneceu até junho de 2020 no pedestal de pedra de Portland até ser atirado ao rio Avon pelos manifestantes.⁵ Colston era uma figura histórica importante da cidade, mas que hoje pode ser vista como no mínimo controversa, já que mesmo tendo doado grande parte de sua riqueza para instituições de caridade também foi responsável por transportar mais de 80 mil escravos africanos para as Américas. A destruição da estátua gerou um debate nacional sobre o valor ou não dos monumentos históricos.

Embora muitos defensores da preservação desses monumentos argumentem que sua remoção pode ser vista como um apagamento da história, os manifestantes acreditam que, na verdade, é uma forma de preservar a memória e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Alguns defensores alegam que essas estátuas e monumentos representam valores equivocados e que, ao serem removidos, podem contribuir para a construção de um futuro mais igualitário.

É interessante destacar que após o monumento de Colston ser retirado do plinto, um grupo de ativistas pôs no lugar a obra “*Surge of Power (Jen Reid) 2020*” do artista Marc Quinn. A mesma consistia em uma estátua representativa da ativista Jen Reid que participou das manifestações de 7 de junho de 2020 e que segundo o próprio artista, sua colocação seria uma exposição pública temporária, entretanto, a prefeitura retirou a estátua menos de 24 horas depois por não haver autorização. Após seguirem-se discussões que interessam a este estudo, a remoção da estátua de Reid levantou

⁵ Segundo o a página dos Museus de Bristol “Um ano depois, a estátua faz parte de uma exposição no M Shed para iniciar uma conversa em toda a cidade sobre seu futuro. A estátua está em exibição ao lado de uma seleção de cartazes do protesto, bem como uma linha do tempo dos principais eventos que antecederam 7 de junho de 2020. Uma pesquisa perguntou às pessoas o que elas acham que deveria acontecer com a estátua em seguida. Isso já foi encerrado e os resultados estão sendo analisados. As conclusões serão incluídas em um relatório escrito pela Comissão de História *We Are Bristol* até o início de 2022. A exposição da estátua de Colston é uma parceria entre a M Shed e a *We Are Bristol History Commission*.” Disponível em: [A estátua de Colston: e agora? | Galpão M - Bristol Museums](#). Consulta realizada em maio de 2023.

comentários de ativistas em redes sociais que reivindicavam sobretudo o espaço, não só o plinto ou ocupar o espaço onde outrora ocupou um monumento de valores opostos, mas havia uma reivindicação do espaço público em si.



Imagem 1: Estátua de Edward Colston em Bristol. Fotografia de Martin Booth. Disponível em [Colston's statue to be retrieved from docks and put in museum \(bristol247.com\)](https://bristol247.com). Acesso em maio de 2023.

Imagem 2: Estátua de Edward Colston sendo atirada ao rio Avon por manifestantes. Fotografia de Giulia Spadafora/NurPhoto/AFP. Disponível em [Estátua derrubada de traficante de escravos em ato antirracista vai a museu - 28/05/2021 - Ilustrada - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br). Acesso em maio de 2023.

Nesse sentido, a historiadora Mary Del Priore defende a importância da ressignificação dos espaços públicos a partir de uma visão crítica da história. Ela argumenta que a história não é um acontecimento que aconteceu no passado e acabou, mas um processo contínuo que se reflete nas estruturas sociais do presente. Portanto, a

ressignificação dos espaços públicos é uma forma de reconstruir a história a partir de uma perspectiva que inclua a diversidade étnica e cultural⁶.

Toda a problemática dos monumentos, os questionamentos sobre a derrubada de estátuas e suas possíveis significações não são questões novas, mas ressurgem com singularidades que expressam as urgências de cada época. O que revela que no fundo a questão é uma disputa não pelo estético ou aparente, mas pelo espaço público em si. A luta pelo espaço público, tendo em vista os monumentos, é um tema recorrente na historiografia, arquitetura e ciências sociais. Essa batalha envolve uma série de questões, desde a representação simbólica da história até a identificação de quem tem o direito de decidir o que deve ser preservado ou não.

O sociólogo Pierre Bourdieu foi um dos primeiros a usar a expressão "luta pelo espaço" para se referir à disputa pelo uso do espaço público. Em sua obra *O Poder Simbólico*, o autor fala sobre a relação entre espaço e dominação, apontando que o espaço é um campo de lutas que envolve não só o uso das forças físicas, mas também simbólicas. Segundo ele, há uma disputa simbólica pelo espaço que envolve a luta pelo monopólio do seu sentido legítimo. Bourdieu também argumenta que o espaço público é construído e valorizado por certos grupos sociais que possuem o poder simbólico de definir o que é legítimo no espaço. Em suas palavras: “A capacidade de definir a verdade e a mentira no espaço social, de determinar o que é legítimo e ilegítimo no espaço público, corresponde a um capital específico, que eu designo como capital simbólico”⁷.

O sociólogo também destaca que a dominação simbólica não é um processo passivo, mas é apropriada ativamente pelos grupos sociais dominados, que podem resistir e subverter o sentido imposto pelo grupo dominante, criando novos significados e resistindo ao poder simbólico que tenta impor uma única visão do espaço. Ou seja, as negociações que ocorrem no espaço público são dotadas de personalidade política de diferentes grupos que buscam imprimir seus significados e definir o que é legítimo.

Nessa linha de pensamento, Marc Bloch, aponta como a construção de monumentos pode servir como forma de legitimar o poder político. Ele argumenta que

⁶ DEL PRIORE, M. (2011) *Histórias e conversas de mulher: 500 anos de vida brasileira*. São Paulo: Planeta do Brasil.

⁷ BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 98.

os símbolos e monumentos são importantes na construção da identidade nacional e na disseminação de uma memória coletiva.⁸ Através desses símbolos, o dominante busca marcar a presença do seu poder e afirmar a sua autoridade sobre o espaço público, criando imagens que reforçam a sua narrativa histórica e cultural. O que reforça a filósofa Angela Davis, em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, onde discute como esse poder hegemônico se utiliza dos monumentos e das estátuas de forma a justificar a opressão e a desigualdade. Segundo ela, esses símbolos servem para perpetuar uma história contada pelos dominantes e silenciar outras vozes e perspectivas históricas.⁹

O que nos leva de volta a polêmica em torno da derrubada de estátuas, que tem como pano de fundo hoje a luta pelo reconhecimento das histórias e identidades subalternizadas, dado que muitas das figuras homenageadas em monumentos públicos são associadas a práticas opressivas e desumanas, e são usadas para justificar a opressão e a desigualdade em nome da história e da tradição. A luta pela derrubada de estátuas, como pode ser visto nos protestos recentes no mundo, é um ato simbólico que representa a tentativa de subverter a narrativa histórica e reivindicar a visibilidade das histórias marginalizadas. A derrubada das estátuas é uma forma de usar a própria linguagem simbólica dos dominantes contra eles, questionando a historicidade e a legitimidade das narrativas que essas estátuas representam.

Dos eventos ainda imediatamente ligados à onda gerada pela morte de George Floyd pode-se citar, para além da estátua de Edward Colston, em diversos lugares do mundo, manifestantes de movimentos antirracistas que tomaram as ruas em protestos contra a brutalidade policial e o racismo sistêmico, além de reivindicar o reconhecimento das histórias subalternas.

Nos Estados Unidos, estátuas do navegador Cristóvão Colombo, antes conhecido como descobridor da América, mas agora, segundo a nova norma aprovada pela Câmara do Distrito de Colúmbia, fica descrito como aquele que “escravizou, colonizou, mutilou e massacrou milhares de povos indígenas nas Américas”¹⁰ foram retiradas de Virgínia, Miami e Boston. A estátua de Jefferson Davis, presidente da Confederação, seguindo o

⁸ BLOCH, M. (2002) *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras.

⁹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁰ Referência e reportagem completa disponível em: [Estátuas de Colombo são o novo alvo do movimento revisionista nos EUA | Internacional | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#). consulta realizada em junho de 2023.

pedido de Nancy Pelosi, líder democrata, pela remoção de 11 monumentos de figuras confederadas e também o anúncio do governador da Virgínia, Ralph Northam, sobre a remoção da estátua do general Lee de um monumento em Richmond, capital dos Estados Confederados. Em Londres, na *Parlament Square*, de frente para o Parlamento britânico, a tradicional estátua de Winston Churchill foi pichada com a frase “era um racista” em baixo do nome do ex-primeiro-ministro. Churchill é considerado um herói britânico por sua atuação na II Guerra Mundial, mas também é conhecido por suas ideias de um imperialismo britânico sob o que considerava raças 'primitivas', o que torna a permanência de um monumento em sua homenagem no mínimo controverso nos dias atuais. A inscrição foi removida pouco depois, mas marcou o momento.



Imagem 3: Estátua de Churchill com a pichação de manifestantes. Em tradução livre “era um racista”. Fotografia de Isabel Infantes/AFP. Disponível em: [Manifestantes picham a frase 'era um racista' em estátua de Churchill em Londres | Mundo | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em junho de 2023.

Na Bélgica, a estátua equestre do rei Leopoldo II se tornou centro da atenção de protestos também voltados à questão da reparação histórica, como nunca visto no país. Durante os anos de 1885 a 1960, o monarca “tomou posse” do território onde se localiza hoje a República Democrática do Congo, estabelecendo um dos regimes coloniais mais violentos da história. Dentre as diversas atrocidades houve em 1897 a *Exposição Internacional de Bruxelas* onde Leopoldo II mandou construir o Palácio Colonial, atual Palácio da África, em Tervuren. Além de animais e objetos etnográficos foram montadas 3 aldeias com mais de 250 pessoas que eram expostas em uma espécie de zoológico humano, denotando uma completa animalização dos africanos.



Imagem 4: Estátua equestre de Leopoldo II pichada por manifestantes na Bélgica. Fotografia de Olivier Hoslet/EPA. Disponível em: "[Descolonização urbana](#)". [Estátua de Leopoldo II da Bélgica pode ser derretida e transformada em memorial às vítimas do colonialismo \(rtp.pt\)](#).

Na ocasião dos protestos de 2020, Esmeralda da Bélgica, escritora e jornalista também conhecida por Esmeralda de Rethy, filha mais nova do rei Leopoldo III e bisneta de Leopoldo II, manifestou-se “a favor de que a Bélgica encontrasse uma forma de “descolonizar” e de contar a história do país sem homenagear, porém, os autores de momentos violentos e trágicos das suas épocas”.¹¹ Em posição oficial, o que o governo da Bélgica propôs foi a criação de um comitê de especialistas para examinar um possível pedido de desculpas pela história do país em relação à colonização. Entretanto, o comitê concluiu o seu trabalho no fim de 2022 sem que os parlamentares chegassem a um consenso sobre um pedido de "desculpa" às antigas colônias.¹²

Essas medidas são importantes para enfrentar o legado colonial da Bélgica e contribuir para uma descolonização urbana efetiva. No entanto, é importante destacar que essas ações devem ser acompanhadas de uma reflexão sobre a memória e a história do país, visto que a memória é uma forma de construir identidades e narrativas sobre o passado, o presente e o futuro. No caso da Bélgica¹³, a memória coletiva sobre a história colonial é fundamental para entender as desigualdades e as injustiças sociais que ainda existem no país.

É importante não esquecer que a descolonização urbana é uma questão histórica e política complexa, que exige a desconstrução de narrativas e estereótipos presentes na memória coletiva. Como destaca a pesquisadora Fabiana Caitano em seu livro *Descolonização do imaginário: o papel da memória no contexto das políticas públicas*, o papel do passado é fundamental na construção do presente e do futuro das sociedades,

¹¹ Referência e reportagem completa disponível em: ["Descolonização urbana". Estátua de Leopoldo II da Bélgica pode ser derretida e transformada em memorial às vítimas do colonialismo \(rtp.pt\)](#). Consulta realizada em junho de 2023.

¹² Referência e reportagem completa disponível em: [Alguns países europeus pedem desculpas pelo passado colonial | Euronews](#). Consulta realizada em junho de 2023.

¹³ O caso Belga é trazido aqui por conter múltiplas significâncias e possibilidades de reflexão para a presente investigação, entretanto, como não é objeto central deste estudo, apenas destacamos algumas. Para maiores detalhes sobre o caso em suas vertentes descolonizadoras ler HONORATO, F. A. e PAIVA jr. P. C.A. (2020) *Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica*. v. 7 n. 13 In: Dossiê: Angola do Tempo Presente.; SERRANO, C.; MUNANGA, K. (1999) *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. São Paulo: Atual Editora.; SOUZA, J. de. (2022) *Humanos como objetos expositivos: Estudo extracampo sobre a imagem fotográfica da exposição internacional de Bruxelas de 1958 e sua relação com a exploração belga*. Monografia (Bacharel em História da Arte) Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

assim deve necessariamente ser levado em conta ao se pensar em ações de descolonização.¹⁴

Cerca de um ano depois, em julho de 2021, no Brasil, um grupo intitulado Revolução Periférica foi responsável por incendiar a estátua de Borba Gato localizada na zona sul da cidade de São Paulo, inaugurada em 1963. A escultura em questão representa um bandeirante cuja história foi marcada pelo sequestro, venda e violação de negros e indígenas entre os séculos XVI e XVII.

Após o ato simbólico de repúdio ao louvor de um passado tão violento, os manifestantes compartilharam em redes sociais fotos do evento e colaram cartazes em postes da capital paulista com a pergunta “Você sabe quem foi Borba Gato?”. O ato, segundo o líder do movimento, Paulo Roberto da Silva Lima, foi para “abrir um debate, não para machucar alguém ou causar pânico na sociedade. E o debate foi aberto. As pessoas agora podem decidir se querem uma estátua de treze metros de altura que homenageia um genocida e um abusador de mulheres, é isso que a gente sempre quis desde o começo, abrir um debate e nada mais que isso”.¹⁵

A crítica à homenagem ao bandeirante tem sido feita há tempos por movimentos sociais e intelectuais, que denunciam seu envolvimento na escravidão e no genocídio indígena. A presença da estátua em locais públicos, como praças e avenidas, é vista como uma perpetuação do racismo e da exclusão. As imagens do monumento em chamadas se espalharam pelas redes sociais e ampliaram o debate sobre a representação histórica e a memória coletiva.

Esses acontecimentos apontam para a importância do questionamento da narrativa histórica oficial e da necessidade de se reconhecer e incluir a história de grupos marginais nas pautas da sociedade. A derrubada de estátuas é um exemplo da tomada de ação simbólica no espaço público, afirmando resistência e representatividade.

¹⁴ CAITANO, F. (2019) *Descolonização do imaginário: o papel da memória no contexto das políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica.

¹⁵ O trecho da entrevista realizada por repórteres na entrada da delegacia quando da apresentação de Paulo Lima às autoridades foi amplamente divulgado nas redes sociais. Encontra-se disponível em: Jornalistas Livres no Twitter: “Aquele ato não foi pra machucar ninguém, ou causar pânico, foi para abrir um debate. ...agora as pessoas podem decidir se elas querem uma estátua de 10 metros que elogia um genocida...” @revolucaoperiferica_oficial @galodelutaoficial #borbagato #revoluçãoperiférica <https://t.co/IfhsJG110g> / Twitter.



Imagem 5: Estátua de Borba Gato antes (à dir.) e depois (à esq.) em chamas. Fotografia e montagem de Gabriel Schlickmann/Mário Rodrigues/Divulgação. Disponível em: [Fogo em Borba Gato reacende debate sobre o que fazer com monumentos contestados | VEJA SÃO PAULO \(abril.com.br\)](https://www.veja.com.br/fojo-em-borba-gato-reacende-debate-sobre-o-que-fazer-com-monumentos-contestados/). Acesso em junho de 2023.

A relação entre esses acontecimentos e a memória pode ser vista como uma forma de questionar a narrativa histórica oficial. Como destacado por Marc Bloch, a história é uma construção social, composta de uma série de eventos selecionados, organizados e interpretados por pessoas em determinados momentos históricos. Nesse sentido, a memória coletiva desempenha um papel importante na criação dessa história, pois é através dela que lembramos e reinterpretemos o passado. As manifestações públicas e a derrubada de estátuas são formas simbólicas de contestação desta história oficial, através de um processo de rememoração crítica.

Ao questionar a legitimidade de figuras históricas controversas, as manifestações públicas e a derrubada de estátuas promovem uma reflexão sobre a relação entre o passado e o presente, e sobre as implicações políticas da narrativa histórica dominante.

Por meio dessas ações, as vozes marginalizadas são capazes de reivindicar o seu lugar na memória coletiva e contribuir para uma história mais justa

1.2 – O espaço público em disputa: a questão da narrativa

O espaço público é um local de encontro e de convívio entre diferentes grupos sociais e culturais. Porém, como pudemos ver até agora, também é um espaço de disputa entre as narrativas que são representadas e legitimadas naquela sociedade. As estátuas e monumentos que são erguidos nos espaços públicos são exemplos de como a memória é construída e perpetuada. Não caindo no erro de afirmar que os monumentos são a memória, mas percebendo que são seus vetores e como tais a transmitem.

A presença de estátuas de figuras históricas em locais públicos, assim como sua derrubada é um tema que acompanha os monumentos desde que estes começaram a ser erigidos, mas cada época apresenta sua significação tanto em torno das esculturas, como de sua permanência ou retirada. Atualmente, com as novas noções de tempo e espaço¹⁶, são cada vez mais comuns estudos que apontam para a necessidade de uma revisão crítica da história e de um questionamento dos valores e símbolos que são celebrados nas sociedades.

¹⁶ Abre-se espaço aqui para explicar que as ditas novas noções têm base na leitura de *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* (2006) de Reinhardt Koselleck, onde o autor explora não apenas as novas concepções de tempo, como também discute a interconexão entre tempo e espaço na evolução da cultura e da história. A análise de Koselleck é fundamental para a compreensão das mudanças nas percepções de tempo e espaço nas sociedades ocidentais ao longo do tempo. Ele identifica três categorias de tempo que são cruciais para sua análise: 1) *Tempo Homogêneo Vazio*: caracterizada pela ideia de um tempo linear, contínuo e vazio, no qual o passado, o presente e o futuro são separados e distintos. Esse tempo é medido em termos de cronologia, e eventos históricos são vistos como progresso ou evolução linear; 2) *Tempo Histórico* onde argumenta que em oposição ao anterior as sociedades pré-modernas vivenciavam um tempo histórico, onde o passado, o presente e o futuro estavam entrelaçados em narrativas mitológicas e religiosas; e por fim o 3) *Tempo Espaço/Tempo Conceitual* que está relacionado ao desenvolvimento da modernidade e à criação de novos conceitos e categorias temporais. É um tempo que é moldado pela aceleração da mudança social, política e tecnológica, levando a uma reconfiguração das noções tradicionais de passado, presente e futuro. De tais ideias, o *tempo espaço/tempo conceitual*, é o que se encontra como ferramenta de compreensão neste trabalho, justamente por estar relacionado à aceleração da história e às crises de sentido que podem surgir quando as antigas narrativas temporais não são mais adequadas para compreender a complexidade do mundo moderno.

Na historiografia, tem sido debatido o papel dos monumentos e das estátuas na construção da memória coletiva. Entretanto, a escolha de quem será representado e homenageado nos espaços públicos é uma decisão política, que reflete os interesses e as visões de mundo daqueles que têm o poder de decidir, deixando de lado outros grupos.

Desde a antiguidade, a criação de estátuas e monumentos foi utilizada como forma de glorificar e perpetuar figuras históricas ou representar a religião em espaços públicos. Porém, essas representações são sempre influenciadas por interesses políticos e visões de mundo de quem tem o poder de escolher quem será homenageado. Tais escolhas políticas em contrapartida também são responsáveis por excluir e invisibilizar grupos que não se encaixam na visão hegemônica das elites, como mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+ pois esse espaço comum, público reflete ideias e valores.

Eric Hobsbawm escreveu em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1780*¹⁷ como a construção da identidade nacional está intimamente ligada à história oficial, que muitas vezes é construída por elites que exaltam as suas próprias realizações e querem ocultar os conflitos e as relações de poder subjacentes. Ele enfatiza que a história é uma construção social e que deve ser constantemente problematizada para que possamos entender como os grupos de poder usam a história para legitimar suas posições.

Nesta linha percebe-se que a escolha de quem será representado e homenageado nos espaços públicos é uma decisão política que carrega consigo interesses e visões de mundo das elites. A falta de representatividade de minorias em monumentos e estátuas públicas implica em um apagamento de suas histórias e legitimação das formas de poder dominantes. No entanto, os questionamentos e lutas por uma maior diversidade na representação em monumentos e estátuas públicos tem se mostrado importantes para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e democrática.

Nesse sentido, vê-se também na arquitetura que o tema tem sido abordado com certa preocupação, mas através da discussão sobre a concepção e o desenho das cidades. Os urbanistas têm defendido a necessidade de uma reforma urbana baseada em uma participação popular ativa para combater a desigualdade urbana e promover a justiça social. David Harvey, geógrafo e urbanista, tem estudado a relação entre a urbanização

¹⁷ HOBBSAWM, E. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Local: Paz e Terra.

e o capitalismo. Ele argumenta que o espaço urbano é uma arena privilegiada para a acumulação de capital, e que isso tem sido responsável pela gentrificação e pela exclusão dos grupos marginalizados das cidades. Ele sustenta que é preciso uma mudança completa nas estruturas sociais e econômicas para que a urbanização seja mais equânime.¹⁸

Um dos autores que discute essa temática é o sociólogo francês Henri Lefebvre, que em sua obra *O direito à cidade* (1968)¹⁹ argumenta que o espaço urbano não é apenas um local físico, mas também um espaço social e político, logo é inerentemente um local onde ocorrem disputas e lutas pelo poder. Tais conflitos entre os habitantes da cidade e os poderes dominantes, que muitas vezes subjugam as demandas desses grupos menos favorecidos, demonstram uma disputa não só pela memória desses grupos, mas por sua própria história.²⁰

A promoção do diálogo entre os diferentes atores envolvidos na construção das cidades é destacada por Raquel Rolnik, que tem sido uma das principais defensoras da participação popular na construção dos espaços urbanos. Ela destaca a necessidade de se criar um diálogo entre os diferentes atores envolvidos na construção das cidades, a

¹⁸ HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Local: Editora Martins Fontes.

¹⁹ LEFEBVRE, H. (2008). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Centauro. [original 1968]

²⁰ Juntamente com a leitura de Henri Lefebvre, consideramos importante outros autores e autoras que também contribuem para a compreensão do espaço público como um local de disputas. Um exemplo é a socióloga Saskia Sassen, que em sua obra *The Global City* (1999), Princeton University, discute as transformações do espaço urbano nas cidades globais, destacando as desigualdades sociais e as lutas por espaço e recursos. Jürgen Habermas, em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, analisa a esfera pública como um espaço de debate e deliberação, fundamental para a formação de uma sociedade democrática. Ele destaca que a esfera pública não é um espaço neutro, mas sim um local de lutas e tensões entre diferentes grupos e interesses. Outra referência importante é a geógrafa Doreen Massey, que em sua obra *Pelo espaço: uma nova política de espacialidade*, 2008, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, argumenta que o espaço não é algo fixo e homogêneo, mas sim um produto das relações sociais e das práticas espaciais. Ela enfatiza a importância de reconhecer as múltiplas vozes e perspectivas no espaço público, desafiando as visões dominantes e promovendo a inclusão social.

saber, urbanistas, autoridades públicas e comunidade, como uma forma de garantir que os espaços públicos sejam construídos em conjunto com a comunidade.²¹

Já nas ciências sociais, tem sido estudada a relação entre os símbolos e a identidade nacional. Os pesquisadores também têm apontado para a necessidade de uma maior diversidade na representação dos diferentes grupos sociais, de forma a não perpetuar a exclusão e a discriminação. Logo, refletir sobre a relação entre esses dois elementos é fundamental para compreender as tensões e as disputas simbólicas existentes na sociedade.

A identidade nacional, como já pudemos ver, está intimamente ligada à representação simbólica de determinado grupo, região ou cultura. Nesse sentido, a forma como a nação é representada em símbolos nacionais, como a bandeira, o hino ou mesmo a localização geográfica em mapas, podem ser pontos de tensão entre diferentes grupos sociais. Assim, considerar o espaço público como um local de embate entre diferentes grupos, através da luta por uma representação simbólica é pensá-lo como local de disputas entre narrativas. Entretanto, essa luta não deve ser encarada de forma negativa, pelo contrário, deve ser vista como um componente fundamental para se reconhecer as diversidades e repensar a construção da memória através das tensões existentes na sociedade.

Em síntese, a discussão em torno da derrubada de estátuas e da memória revela o papel central do espaço público como um terreno de disputas e conflitos em relação à construção e representação da narrativa histórica dos grupos sociais que dividem o local. A maneira como os espaços públicos são configurados e os símbolos que neles são presentes são elementos fundamentais na criação e transmissão da memória coletiva de uma sociedade.

Essas disputas simbólicas no espaço público evidenciam a importância de considerar múltiplas perspectivas e vozes na construção da narrativa histórica. A memória coletiva não deve ser imposta de cima para baixo, mas sim uma construção dinâmica e em constante transformação, resultado do diálogo entre diferentes atores sociais. Nesse sentido, as produções existentes demonstram ser essencial promover um

²¹ ROLNIK, R. (2013). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Local: Editora Boitempo.

debate aberto e democrático sobre a seleção, a manutenção e a representação dos elementos simbólicos no espaço público. A participação ativa da sociedade civil, especialmente dos grupos historicamente marginalizados, é crucial para garantir que as narrativas históricas sejam mais inclusivas, justas e reflexivas das experiências e lutas de todos os segmentos da sociedade.

Além disso, é importante destacar que a disputa pela narrativa histórica não se limita apenas à esfera física do espaço público, mas também se estende ao âmbito virtual, por meio das redes sociais e da internet. As plataformas digitais desempenham um papel significativo na disseminação de informações e na construção da memória coletiva, exigindo uma análise crítica dos processos de produção e compartilhamento dessas narrativas.

Portanto, reconhecer o espaço público como um campo de disputas e confrontos em relação à narrativa implica a necessidade de uma abordagem reflexiva e inclusiva, que valorize a diversidade de perspectivas e contribuições na construção da memória coletiva. Somente através desse processo contínuo de diálogo e negociação demonstra-se ser possível criar uma narrativa histórica abrangente, contextualizada e sensível às necessidades e experiências de todos os membros de uma sociedade, suprimindo as atuais urgências.

1.3 – Tecnicidades: Nem toda estátua constitui um património cultural

Nesse momento onde a sociedade debate o papel dos monumentos públicos e a importância de um património mais diversificado e inclusivo, alguns aspectos devem ser ressaltados, como por exemplo, a classificação dos monumentos. Nem toda estátua é considerada património cultural, os aspectos que os diferenciam, principalmente de base jurídica, servem para pensar as alternativas a seu respeito, principalmente no contexto deste trabalho, onde se debate a possível derrubada de alguns monumentos.

A Legislação Portuguesa define as características para que uma obra de arte seja considerada património cultural. De acordo com o Decreto-Lei nº 107/2001²², de 8 de abril, as obras de arte são consideradas património cultural quando preenchem determinados critérios. Entre eles estão a antiguidade, o valor artístico, a raridade e a representatividade cultural e histórica. Um monumento, que pode ser uma obra de arquitetura, escultura ou pintura de valor histórico, estético ou arqueológico, deve possuir relevância cultural e assim poderá estar sujeito à proteção legal. Esses monumentos podem ser classificados como monumento nacional, de interesse público ou de interesse municipal, dependendo do seu valor e importância.

Dessa forma, nem toda escultura é considerada património cultural simplesmente por estar exposta em um espaço público. A obra deve ter relevância histórica e cultural para a sociedade portuguesa, a ponto de ser considerada um bem de interesse coletivo.

Nesse contexto, a legislação portuguesa estabelece que a salvaguarda, conservação e valorização do património cultural são deveres do Estado e da comunidade, visando a transmissão desse legado às gerações futuras. Através da Direção-Geral do Património Cultural, o Estado é responsável por promover políticas de proteção e gestão do património cultural, bem como por desenvolver programas de estudo, inventariação e divulgação desses bens.

No entanto, a discussão sobre património cultural não se limita apenas à sua antiguidade ou valor artístico, mas também à forma como essas obras refletem a diversidade e inclusão da sociedade. Um exemplo é a recente polémica em Portugal sobre os monumentos coloniais que homenageiam figuras históricas ligadas ao período colonialista. Nesse sentido, a legislação portuguesa não especifica critérios para a análise da representatividade cultural e histórica para obras de arte expostas na esfera pública. É importante, portanto, que existam debates que reflitam sobre a representatividade de obras, para que se compreenda a importância da diversidade na preservação do património e da memória coletiva.

No contexto internacional, várias vozes acadêmicas têm contribuído para a discussão em torno da derrubada de estátuas e sua relação com o património cultural.

²² Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro - LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO CULTURAL – disponível em: [::: Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro \(pgdlisboa.pt\)](http://www.dgsi.gov.pt/pt/legislacao/legislacao-referenciada/legislacao-referenciada-107-2001). Acesso realizado em junho de 2023.

Um exemplo relevante é a obra *Monument Wars: Washington, D.C., the National Mall, and the Transformation of the Memorial Landscape* (2009)²³, de Kirk Savage. O autor explora o simbolismo das estátuas e monumentos em Washington, D.C., e argumenta que a mudança na paisagem memorialística é um reflexo das mudanças nas percepções da história e das demandas por inclusão.

Essas fontes permitem uma análise contextualizada sobre a relação entre monumentos, património cultural e o debate contemporâneo sobre a derrubada de estátuas. Elas destacam a necessidade de questionar a permanência de símbolos que representam a opressão e a discriminação em espaços públicos, promovendo uma reflexão crítica sobre as narrativas históricas e a construção da memória coletiva.

É importante ressaltar que o campo de estudos relacionado ao património cultural é vasto, e outras obras e autores também contribuem para essa discussão tanto em Portugal como em outros países no mundo. Explorar as publicações de instituições como o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), bem como pesquisas acadêmicas nos traz insights e perspectivas sobre o tema, como por exemplo, perceber que nem todo monumento é um património cultural, logo isso exigirá diferentes alternativas para cada caso, bem como haverá diferente impacto de acordo com as diferentes situações.

²³ SAVAGE, K. (2009) *Monument Wars: Washington, D.C., the National Mall, and the Transformation of the Memorial landscape*. By Kirk Savage. Berkeley: University of California Press.

2.1 Memória e história: breve arcabouço conceitual

Ponderar sobre uma eventual relação entre memória e história é algo que oferece alternativas de resposta ao questionamento que intitula esta dissertação. Não é incomum encontrar no cotidiano alguma associação entre os termos, não seria difícil achar em revistas, conversas ou até estudos a defesa de que ambos são sinônimos. A memória é comumente relacionada à capacidade de recordar e a história ligada a eventos do passado, no entanto, não devem ser abreviadas a isso. De fato, a relação entre história e memória é bem íntima, entretanto, nada simplista.

Ao longo da evolução da historiografia, a percepção da necessidade dos estudos de memória passou por uma transformação significativa. Inicialmente, a memória era frequentemente vista como um mero acessório na construção do conhecimento histórico, sendo a ênfase principal voltada para a pesquisa de documentos e eventos. No entanto, com o tempo, historiadores começaram a compreender que a memória não era apenas um complemento, mas uma parte intrínseca e indispensável da narrativa histórica.

Essa mudança de perspectiva se deu em resposta a várias considerações. Primeiramente, a memória desempenha um papel crucial na formação da identidade de uma sociedade ou grupo, influenciando a maneira como as pessoas se veem e se relacionam com o passado. Além disso, a memória muitas vezes é transmitida oralmente de geração em geração, desempenhando um papel fundamental na preservação de tradições, culturas e valores.

Ela oferece uma janela única para o passado, enriquecendo a compreensão da história e desafiando narrativas unilaterais. Assim, os estudos de memória se tornaram uma parte integral da disciplina histórica, permitindo uma abordagem mais completa e inclusiva da história.

Todavia, estudos oriundos de uma maior correlação entre a memória e suas nuances foram incorporados pela historiografia nas últimas décadas, mas já se mostravam presentes em outras ciências humanas e principalmente nos estudos sociais.

Essa presença da memória como objeto interseccional nas ciências é extremamente interessante, pois permite a avaliação de problemas antigos e novos através de uma visão mais ampla, multidimensional.

Nesse breve delinear destaca-se a contribuição significativa do sociólogo francês Maurice Halbwachs²⁴, que pensa e escreve sobre a memória a partir de um contexto social, mas explora diretamente sua influência na história. Para o autor, embora os termos estejam inegavelmente conectados, há uma certa relação de oposição, principalmente no que diz respeito à objetividade, fontes e métodos explorados por ambos. A memória é moldada pelas forças sociais, políticas e culturais que podem levar a um retrato parcial e subjetivo, enquanto a história está sujeita à crítica científica, sendo constantemente atualizada pelos novos dados e descobertas.²⁵

A história é compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social [...] Quando a memória de uma sequência de acontecimentos

²⁴ Não é possível um trabalho em história que verse sobre a memória deixar de lado Maurice Halbwachs. Suas reflexões pioneiras sobre memória coletiva abriram espaço e margem para as discussões realizadas hoje. Entretanto, como não é objeto central deste trabalho um estudo detalhado do conceito, não me debruçarei sobre o tema, mas ressaltarei alguns pontos que servem de base à constituição dessa dissertação. Sua concepção de memória coletiva sugere um processo de reconstrução do passado que é realizado por um grupo social. Ele argumenta que a memória individual é limitada e seletiva, pois é influenciada pelas experiências e vivências de cada indivíduo, enquanto a memória coletiva é mais completa e ampla, já que é elaborada por um grupo social que compartilha de determinada história e tradição cultural. Halbwachs também destaca a existência de outras formas de memória, como a memória histórica, que se refere à reconstrução crítica e objetiva do passado por meio de relatos, documentos e outras fontes históricas. Ele argumenta que a memória histórica é complementar à memória coletiva, pois ajuda a validar e a contextualizar as lembranças coletivas.

As ideias de Halbwachs são importantes para a história, pois permitem uma abordagem mais ampla da memória e de como ela é construída e acessada na sociedade. Sua teoria de memória coletiva ajuda a entender como certas narrativas se tornam dominantes em grupos sociais e como a memória coletiva é utilizada como um instrumento de identidade e legitimação cultural.

Em resumo, a contribuição de Halbwachs para a história é fundamental, pois sua concepção de memória coletiva destaca a importância da dimensão social e cultural da memória e a necessidade de considerá-la em toda sua complexidade. Seu legado continua a inspirar muitos estudiosos da memória e da história em todo o mundo.

²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

não tem mais por suporte um grupo, [...] então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem.²⁶

Nesse mesmo sentido de revelar uma possível oposição entre os termos, Pierre Nora escreve em 1984 *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. A sua perspectiva é baseada na percepção de historicidade. Escreve, mais especificamente, como a aceleração do tempo é responsável pelo distanciamento entre memória e história gerando a ruptura de um elo de identidade. Essa desidentificação seria responsável pela perda da verdadeira memória e pela aceitação da história em seu lugar, o que levaria ambas a esvaírem-se de sentido conduzindo à tal ideia da contradição. Entretanto, se postos em seus lugares de direito a exercer o que lhes compete sem se sobreporem, não são confundidas, nem sofrem perdas de sentido. Nora qualifica e expõe algumas noções sobre ambas, ao dizer que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...] A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico [...] pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.
27

A memória ao ter sua complexidade reconhecida consegue cumprir seu papel sem ser confundida com um simples mecanismo de busca por vestígios do passado, como ela pertence aos seres vivos e estes se encontram em constante modificação a nível biopsicossocial, a memória não só relembra, mas também promove a resignificação dos acontecimentos. A história, por sua vez é uma disciplina acadêmica que busca através de fontes documentais produzir uma narrativa sobre o passado, que ao contrário da memória, põe à parte uma visão afetiva dos acontecimentos e busca distanciar-se das subjetividades de suas fontes.

Nessa mesma perspectiva, o professor Ulpiano Menezes sintetiza que entre memória e história não se deve enxergar qualquer coincidência, uma vez que a primeira,

²⁶ Id. Ibid., p. 100-101.

²⁷ NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. (2012). Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10. p. 9. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>

como construção social, seria a formação de imagem necessária para os processos de identidade individual, coletiva e nacional, ou seja, um processo psicossocial de representação. Já a história é uma forma intelectual de conhecimento, que por sua vez tem e deve conservar assim, a memória apenas como seu objeto, não como um duplo científico.²⁸

Além dessa ideia de que existe alguma oposição entre memória e história e sua relação com o passado, também podemos encontrar estudiosos como Paul Ricoeur propondo uma relação de que a história é uma reconstrução narrativa do passado. Esse trabalho de registro dos acontecimentos será fruto da seleção e interpretação dos fatos pelo historiador, e nesse pensamento a memória ocupará espaço como forma de os indivíduos manterem suas memórias pessoais ligadas ao passado por meio de suas ações, que por sua vez podem não estar sempre de acordo com a realidade histórica.

Esse ato de exercer a memória ou lembrar é tratado por Ricoeur não como uma capacidade passiva, mas ao contrário como um trabalho, algo que exige esforço, e “é em relação com essa noção de trabalho, enunciada em sua forma verbal, que se torna possível falar da própria lembrança, assim liberada, como de um trabalho, o ‘trabalho de rememoração’”.²⁹ Assim, a memória não é um simples registro do passado, pelo contrário, é um processo que envolve a reconstrução contínua das experiências vividas, ela é "uma atividade do presente que renova e atualiza a relação com o passado, tornando-o presente novamente".³⁰ Ou seja, a memória não é apenas um reflexo do passado, mas sim um esforço constante de trazer o passado para o presente e de atribuir-lhe sentido.

Também expoente desse pensamento, Ecléa Bosi, escreve que a memória é um trabalho responsável por envolver diferentes processos, como a seleção, a organização e a narrativa das lembranças. Em sua obra *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, ela destaca que a seleção das lembranças é um processo fundamental, pois implica

²⁸ MENEZES, U.T.B. (1992) A história, cativa da memória? Para um mapeamento da história no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, p. 34-39. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182921/mod_resource/content/2/Meneses%20C%20Ulpiano%20Bezerra%20de-AHistoriaCativadaMemo%CC%81ria%3F.pdf.

Consulta realizada em: julho de 2023.

²⁹ RICOEUR, P. (2007) *A memória, a história, o esquecimento*. Local: Editora, p. 85.

³⁰ Id. Ibid. p. 446.

"escolher entre as experiências vividas e as que são significativas para o indivíduo ou para o grupo".³¹ Além da seleção, a organização das lembranças também é uma etapa importante do trabalho de memória. Segundo Bosi, a organização faz-se através da categorização das experiências vividas, que ocorre "a partir de critérios culturais e pessoais"³². É através dessa organização que as lembranças ganham sentido e se tornam compreensíveis.

Por fim, a narrativa das lembranças também é um aspecto fundamental do trabalho de memória, pois é através da narrativa que as lembranças são compartilhadas e transmitidas através das gerações. Segundo Bosi, "a narrativa é uma via para a construção de sentido das experiências vividas, para a comunicação desses sentidos a outros indivíduos e coletividades"³³.

Tomando um pouco de distância das ciências sociais e lançando foco nas humanidades, mais especificamente a história, destaca-se aqui o volume 1 da Enciclopédia Einaudi, denominado *História-Memória* com capítulos de mesmo nome do título escritos por Jacques Le Goff. Nesse ensaio o autor se dedica a aparição da memória nas ciências humanas, mais intimamente na história e na filosofia, e nos fornece aspectos dessa relação com o passado, presente e futuro.

Le Goff retrata a história como uma construção sempre presente, com a memória, contudo, sendo subentendida como uma interpretação de um determinado passado a partir do ponto de vista do presente. "Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica".³⁴ Essa relação entre história e memória se dá, então, pela seleção, organização e interpretação de impressões e experiências passadas, que são transpostas para o presente através de narrativas.

A interpretação da memória como um instrumento que nos permite trazer elementos do passado para o presente nos leva a entender que a memória é um trabalho constante. Isso significa que lembrar exige esforço contínuo por parte do indivíduo, e é

³¹ BOSI, E. (2006) *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Local: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

³² BOSI, Ibid. p. 15.

³³ Id. Ibid. p. 22.

³⁴ LE GOFF, J. (1990) *Memória*. In: *Memória e História*. Campinas: Unicamp. p. 40.

uma tarefa árdua e recorrente. No entanto, o sujeito está ancorado no presente, mas, assim como o anjo de Klee, está voltado para o futuro, enquanto reúne fragmentos do passado para construir e reconstruir a compreensão da história.

O "Anjo de Klee" é uma figura icônica que Walter Benjamin convoca em seu ensaio *Sobre o Conceito da História*³⁵. Neste texto, Benjamin descreve o anjo como representante do "anjo da história", que é arrastado para o futuro enquanto olha fixamente para o passado, testemunhando uma série de desastres e catástrofes ao longo do tempo. O anjo não pode intervir ou salvar o passado, apenas observa impotentemente.

Esse processo constante de trazer o passado para o presente, ao mesmo tempo em que olhamos para o futuro, reflete a perspectiva de Benjamin sobre a experiência histórica como algo que não é linear, mas sim fragmentado e interligado, onde o ato de lembrar e interpretar a memória é fundamental para entendermos nosso lugar na história.

Esse retorno ao passado, ou o que pode ser compreendido com uma fabricação da memória, é baseado em um enfoque na memória como um processo contínuo, onde o passado e o presente estão entrelaçados. Essa perspectiva é compartilhada por muitos outros autores além de Walter Benjamin. Por exemplo, o historiador francês Pierre Nora, em seu trabalho *Les Lieux de Mémoire* (Os Lugares da Memória)³⁶, já referido, explora como a memória está enraizada em locais físicos e simbólicos que mantêm conexões com o passado. Nora argumenta que a memória é uma construção complexa que envolve a preservação de lugares e rituais que evocam o passado coletivo de uma sociedade.

De igual modo, o filósofo Paul Ricoeur, em seu livro *A Memória, a História, o Esquecimento*³⁷, investiga a relação entre memória e história. Ricoeur argumenta que a memória é uma parte essencial da construção da identidade individual e coletiva. Ele

³⁵ BENJAMIN, Walter. (2005) *Sobre o conceito de história*. Trad. J. M. Gagnebin e M. L. Müller. In: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.

³⁶ NORA, P. (1984), (dir), *Les Lieux de Mémoire*, Editions Gallimard, Vol. I, Paris.

³⁷ Op. Cit. RICOEUR, 2007.

também enfatiza a importância de contar histórias e narrativas na formação da memória e na compreensão da história.

Outro autor que segue essa linha de pensamento é Jacques Derrida. Derrida é conhecido por sua abordagem filosófica chamada de desconstrução, na qual ele questiona a ideia de uma história fixa e linear. Ele argumenta que a história é um conjunto de múltiplas interpretações e significados, e que a memória desempenha um papel fundamental em nossa compreensão da história e de nós mesmos.³⁸

A escritora e filósofa Hannah Arendt também aborda essa perspectiva em relação à experiência histórica. Em sua obra *A Condição Humana*³⁹, Arendt explora a importância da ação e do discurso como formas de contribuição para a história. Ela destaca a relevância de lembrar e interpretar a memória coletiva para entendermos nossa posição no tempo e como agentes políticos.

Essa faceta da memória, que nos permite retroceder ao passado, abre caminho para uma nova perspectiva sobre sua relação com a história. Essa perspectiva é particularmente sensível, pois está intrinsecamente ligada à intenção do indivíduo no presente em relação ao futuro e à maneira como ele utiliza o passado.

Nesse contexto, a memória deixa de ser apenas uma recordação estática do que aconteceu no passado. Em vez disso, ela se torna uma ferramenta ativa nas mãos do indivíduo, que a utiliza para moldar seu entendimento do passado, sua identidade e suas perspectivas futuras. É como se a memória funcionasse como um arquivo pessoal e social que podemos acessar e interpretar de acordo com nossas necessidades e objetivos no presente.

Essa abordagem destaca a dinâmica entre memória, história e identidade. A maneira como escolhemos lembrar e interpretar o passado não apenas influencia nossa compreensão da história, mas também molda quem somos e como agimos no presente e no futuro. Portanto, a memória não é apenas uma lembrança distante, mas uma força viva e influente em nossas vidas.

³⁸ De Jacques Derrida ler: *Da Grammatologia* (1967), *Escrita e Diferença* (1967), *Margens da Filosofia* (1972).

³⁹ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

2.2 memória como instrumento de poder

Quem controla o passado, controla o futuro, quem controla
o presente, controla o passado.

George Orwell

Ao levantar questionamentos sobre como a memória é retomada no ofício de elaboração da história, podemos perceber que essa relação não é simples, e que da seleção e organização dos elementos da memória dependem diversos fatores, como o contexto histórico, político e cultural em que se insere o acontecimento do evento em questão. Essa possível maleabilidade das linhas da história é explorada na literatura em diversas ocasiões, talvez para nos chamar atenção à responsabilidade, de qualquer forma, vale a pena recorrer à ferramenta ficcional.

Um forte exemplo é a obra *1984*⁴⁰, nela George Orwell escreve sobre um mundo distópico, uma Londres após um ataque nuclear ocorrido por volta de 1940. Nesse contexto, o Partido, um governo autoritário e único mantém sua gestão social através do domínio total de seus cidadãos, essa dominação inclui monitoramento ininterrupto, imposição de ações desde as mais básicas (produtos, relações, trabalho) e até um sentido de violação psicológica através do que se tipifica por crime-pensamento. O Partido divide-se em 3 ministérios, nomeadamente o ministério da paz, responsável pela gestão da constante situação de guerra; o ministério do amor que promove o controle da população e seus pensamentos e ideias; e o ministério da verdade responsável pelas notícias, entretenimento e artes.

No contexto da obra, a personagem principal, Winston Smith, é um funcionário do ministério da verdade. Seu setor tem como responsabilidade editar diariamente as notícias em veículos de informação, livros ou documentos, de acordo com a vontade do Partido.

⁴⁰ ORWELL, G. (2019) *1984*. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras.

Nas paredes da estação de trabalho viam-se três orifícios. À direita do ditógrafo, um pequeno tubo pneumático para as mensagens escritas; à esquerda, um tubo de maior calibre para os jornais; e na parede lateral, ao alcance da mão de Winston, uma grande abertura retangular, protegida por uma grade de arame. Esta última destinava-se aos papéis a descartar. Aberturas similares se espalhavam aos milhares, ou dezenas de milhares, por todo o edifício, fazendo-se presentes não apenas em cada sala, mas também, a pequenos intervalos, em todos os corredores. Por algum motivo, tinham recebido o apelido de buracos da memória.⁴¹

Esse trabalho de reescrever a história, descrito na ficção, serve para legitimar as ações do governo e promover uma conformabilidade social. Nesse processo a memória individual é apagada e a memória coletiva manipulada e constantemente reinventada o que gera total alteração da percepção de tempo e noção de historicidade.

A relação entre memória e história é descrita na trama sob uma ótica interessante que possibilita pensar seus limites. O governo totalitário e a noção de memória dele decorrente descrita por Orwell leva-nos a percebê-la como um legítimo instrumento de poder, pois através de sua manipulação o Partido promove sua manutenção e a impossibilidade de resistência. Quem detém o poder de produzir e controlar a memória coletiva tem ao mesmo tempo o poder de moldar a história através do que é lembrado ou esquecido, assim dá-se sentido à frase que inicia este capítulo “quem controla o passado, controla o futuro, quem controla o presente, controla o passado.”⁴²

Essa interseção entre memória, história e poder fora das linhas da literatura também é um terreno complexo e frequentemente turbulento. A capacidade de moldar a percepção pública do passado oferece um instrumento formidável de influência e controle. Quando um grupo ou regime detém o monopólio sobre o que é lembrado e esquecido, eles efetivamente assumem o controle da narrativa histórica, moldando o futuro à sua imagem.

Nesse contexto, a manipulação da memória coletiva se torna uma ferramenta política poderosa. A seleção criteriosa de eventos a serem destacados, a distorção da verdade histórica e o apagamento seletivo de episódios incômodos são estratégias frequentemente empregadas por aqueles no poder para reforçar sua autoridade e

⁴¹ ORWELL, 2019, p. 51.

⁴² Id., Ibid. p. 291.

legitimidade. A memória coletiva se torna assim um terreno de batalha, onde diferentes grupos competem pela narrativa dominante.

Historiadores têm desempenhado um papel crucial na revelação dessas táticas e na análise das consequências para a sociedade. Eles nos lembram que a memória não é apenas um fenômeno individual, mas também um fenômeno social e cultural moldado por forças políticas e sociais. Ao examinar como as memórias são construídas, compartilhadas e utilizadas, eles nos alertam para os perigos da instrumentalização da memória em nome do poder.

A mesma frase "quem controla o passado, controla o futuro, quem controla o presente, controla o passado" adquire um significado ainda mais profundo à luz dessa compreensão. Ela nos recorda que a batalha pela memória é uma batalha pelo controle do tempo, pela moldagem das perspectivas das gerações futuras e pela perpetuação do poder no presente.

A memória é frequentemente utilizada como um instrumento de poder, especialmente quando se trata de lidar com questões de identidade e ideologia. Os monumentos, por exemplo, são frequentemente erigidos como um meio de consolidar e perpetuar uma determinada narrativa histórica em nome do Estado ou de um grupo social dominante. No entanto, como discutido por diversos autores, esses monumentos podem ser objetos controversos que representam e reforçam uma história seletiva e parcial.

O filósofo francês Michel Foucault argumenta que o poder não é simplesmente um produto das relações de força entre indivíduos, mas também um efeito das instituições e práticas sociais e discursivas.⁴³ A memória pode ser entendida como uma destas práticas sociais e discursivas, que tem um impacto importante na constituição dos sujeitos e das identidades coletivas. Foucault mostra, porém, que a memória é seletiva e só lembra determinados eventos históricos e personagens, de acordo com as ideologias e interesses dominantes em cada época.

Assim, os monumentos e as práticas de comemoração são frequentemente utilizados para selecionar e destacar certos eventos em detrimento de outros. Esses

⁴³ FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.

monumentos são usados para reforçar as narrativas históricas e os valores que servem aos interesses dominantes. Como vimos, para o historiador francês Pierre Nora, os monumentos são “lugares de memória”, que desempenham o papel de memorizar e fixar a história nos locais privilegiados da cidade. Segundo ele, os monumentos não só representam a memória, mas também a moldam, valorizando certos eventos e pessoas em detrimento de outros.

Com isto em mente, é vital lembrar que os monumentos são objetos históricos, que podem ser questionados e recontextualizados em função de novas perspectivas e críticas. O historiador britânico Eric Hobsbawm defende que é importante ler a história dos monumentos em seu contexto original, a fim de entender seus significados originais e suas funções ideológicas. No entanto, Hobsbawm também ressalta que os monumentos podem mudar de significado ao longo do tempo, especialmente quando são reavaliados em outro contexto social e político.

Essa reavaliação é uma afirmação que ressalta o fato dos monumentos não serem estáticos em seu significado. Eles são produtos de um determinado contexto histórico, social e político em que foram criados e, como tal, refletem as ideologias e valores desse momento específico. No entanto, à medida que a sociedade se modifica, as perspectivas e os valores também mudam, e os monumentos podem ser reavaliados à luz dessas mudanças.

Essa dinâmica demonstra como a memória coletiva, a história e a interpretação de monumentos estão intrinsecamente ligadas à transformação da sociedade. Os monumentos podem, portanto, mudar de significado à medida que a sociedade se transforma, refletindo novas perspectivas e valores. Essas mudanças na interpretação de monumentos podem desempenhar um papel importante na narrativa histórica de uma sociedade e no processo de recontextualização, onde a memória é constantemente reinterpretada à luz das preocupações e perspectivas do presente.

Enfim, a memória é um importante instrumento de poder que está sendo constantemente construído e reconstruído. Os monumentos são apenas um exemplo desta prática que, como vimos, não são imutáveis e podem ser objeto de resistência e transformação. É importante questionar os valores e ideais que os monumentos representam e procurar de forma contínua novas maneiras de representar e comemorar a

história, a fim de tornar o passado mais plural e inclusivo, dando voz a todas as narrativas e perspectivas históricas.

2.3 Memória, patrimônio e identidade

A última parte deste segundo capítulo convida a uma exploração profunda das relações complexas entre memória, patrimônio e identidade, lançando luz sobre como esses elementos interagem e se entrelaçam em nossa compreensão do passado e na construção de quem somos no presente.

A memória é a base fundamental sobre a qual constrói-se identidade, tanto individual quanto coletiva. Ela vai além da simples recordação do passado; é uma força ativa que orienta nossas escolhas, valores e aspirações. Por meio de narrativas transmitidas de geração em geração, experiências compartilhadas e histórias pessoais, é forjado um senso de pertencimento e conexão com o mundo ao nosso redor.

Nesse sentido, o patrimônio desempenha um papel crucial na preservação e transmissão da memória. Seja na forma de edifícios históricos, artefatos culturais ou tradições transmitidas, o patrimônio atua como uma espécie de guardião das narrativas do passado, oferecendo uma base tangível para a memória, permitindo que as gerações presentes e futuras se conectem de maneira palpável com suas raízes e heranças. Além disso, o patrimônio desempenha um papel vital na construção de identidades culturais e na promoção da diversidade.

A identidade, por sua vez, emerge de um diálogo constante entre memória e patrimônio. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade cultural são moldadas pela forma como é interpretada a história e a herança dela proveniente pois conforme se exploram as complexidades do *eu*, o patrimônio age como um espelho que reflete, mas também uma ponte que conecta as experiências individuais à história compartilhada. Simultaneamente, a memória individual e a coletiva enriquecem e revitalizam o patrimônio, conferindo-lhe significado e relevância contínua. Entretanto, como vimos acima, a sociedade é composta por grupos heterogêneos que possuem heranças diferentes, logo memórias diferentes.

Assim, busca-se aqui expor uma relação triangular nada simples, na verdade intrincada de significados. A memória fornece raízes, o patrimônio oferece uma base sólida para construir, e a identidade emerge do constante diálogo entre eles. Compreender essa dinâmica complexa é fundamental para apreciar a importância de preservar nosso patrimônio, questionar nossas memórias e, assim, continuar a construir uma identidade rica e significativa para o futuro.

Contudo, é imperativo reconhecer que essa interconexão entre memória, patrimônio e identidade muitas vezes não ocorre de forma harmoniosa. Como já vimos, a história é frequentemente palco de disputas e conflitos entre diferentes grupos sociais, cada um com interesses próprios na narrativa do passado. Essas disputas são naturais quando grupos diversos compartilham um mesmo espaço patrimonial, cada um com sua interpretação única da memória, mas o que deriva dela é que deve ser de preocupação geral e por isso a presente discussão.

Um exemplo notório dessa tensão pode ser observado em sítios históricos relacionados a eventos políticos ou guerras. Muitas vezes, esses locais evocam memórias conflitantes que desafiam ou ameaçam a identidade de um grupo por meio de interpretações concorrentes dessas memórias. As narrativas em torno de eventos como revoluções, guerras civis ou períodos de opressão, como é o exemplo dado por esta tese, podem ser particularmente polarizadoras, pois diferentes grupos podem atribuir significados contrastantes a esses acontecimentos. E a esses significados leia-se uma visão de mundo, que por sua vez leia-se política.

Para ilustrar ainda mais essa interconexão consideremos o exemplo da Cidade Velha de Jerusalém. Este local histórico sagrado é compartilhado por três das principais religiões do mundo: Judaísmo, Cristianismo e Islã. A cidade abriga inúmeras igrejas, sinagogas e mesquitas, cada uma representando uma parte essencial da memória religiosa e cultural dessas comunidades. Essa complexa interação entre memória religiosa e identidade é uma demonstração impressionante de como o patrimônio pode servir como um ponto de encontro e tensão entre diferentes identidades.

Além disso, o exemplo da Irlanda do Norte ilustra como a memória de conflitos passados pode moldar profundamente a identidade de uma região. Os murais políticos que adornam as ruas de Belfast, por exemplo, atuam como expressões visuais da memória e da identidade política, refletindo os traumas e as aspirações das comunidades

envolvidas no conflito na região. Esses murais destacam como o patrimônio urbano pode servir como uma plataforma para a expressão de identidades divididas e em conflito.

Nesse contexto, o trabalho do historiador e do curador (como veremos no próximo capítulo) torna-se ainda mais crucial. Historiadores desempenham um papel fundamental na pesquisa e interpretação das memórias passadas, mas também enfrentam o desafio de equilibrar diferentes perspectivas e oferecer uma visão imparcial na escrita da história. Curadores, por sua vez, têm a responsabilidade de apresentar essas memórias de forma acessível e inclusiva, promovendo o diálogo entre grupos que compartilham um espaço patrimonial. Eles devem ser sensíveis às diferentes interpretações da memória e buscar criar espaços que permitam o debate e a reflexão.

Além disso, é importante observar que a relação entre memória, patrimônio e identidade não é estática; ela está em constante evolução. À medida que a sociedade muda e novas gerações emergem, as interpretações da memória e a construção da identidade também se transformam. O patrimônio, por sua vez, deve ser adaptado para refletir essas mudanças e desafios contemporâneos.

Logo, para aprofundar essa relação complexa é crucial considerar a interação dinâmica entre os elementos. Podemos não só encontrar conflitos, mas exemplos notáveis de um entrelaçamento construtivo em sítios históricos, como museus, monumentos e locais de importância cultural. Esses lugares não apenas preservam a memória coletiva, mas também contribuem para a construção da identidade de comunidades e nações.

Um exemplo inspirador é o Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana, localizado em Washington, D.C., nos Estados Unidos. Este museu não apenas abriga artefatos valiosos que contam a história da diáspora africana nas Américas, mas também serve como um espaço onde a memória cultural é celebrada e questionada. Ao visitar o museu, os visitantes têm a oportunidade de se reconectar com sua identidade africana, reconhecer a luta por justiça e igualdade e refletir sobre como esses aspectos da memória coletiva continuam a moldar a identidade nacional dos Estados Unidos.

Em conclusão, esta seção nos lembra da complexidade da relação entre memória, patrimônio e identidade. Esses três elementos estão entrelaçados de maneira intrínseca,

formando uma teia de significados que molda nossa compreensão do mundo e de nós mesmos. À medida que exploramos essa dinâmica, somos desafiados a considerar como a memória é preservada, comunicada e contestada através do patrimônio, e como essa dinâmica molda nossa identidade individual e coletiva. Essas reflexões em evolução nos recordam da importância de uma abordagem sensível e inclusiva ao lidar com nosso passado compartilhado e na construção de um futuro enriquecido por nossa herança cultural e histórica.

Pode ser que ao ler sobre uma possível *reescrita* da história, nossa perspectiva já calejada por acontecimentos decorrentes de propósitos autoritários, nos leve a pensar que possa residir neste estudo mais uma vez tais intenções absurdas. Obviamente, quem chegou até aqui percebe que este estudo não busca uma abordagem totalitária com interesses em moldar a história, mas sim criticar a história existente em busca de uma memória inclusiva e justa. O objetivo não é negar o passado ou silenciar partes indesejáveis, mas sim criar um cenário de reflexão crítica.

3.1 – Ecos de um giro decolonial

A escolha expressa aqui, pelo uso do termo *decolonial* em detrimento do *descolonial* se dá por familiaridade teórica, para além de uma questão de datas, e por perceber que a justificativa de sua escolha complementa o próprio sentido da tese aqui desenvolvida, como se verá. Há aqui a ideia de superação, entretanto não de forma a pensar uma inexistência ou superação do período colonial, em contrapartida intenciona-se um pensar e viver a partir de. É nesse sentido que justifica Catherine Walsh:

Excluir o “s” é escolha minha. Não é promover o anglicismo. Pelo contrário, pretende estabelecer uma distinção com o significado em espanhol de “des” e o que pode ser entendido como um simples desmontar, desfazer ou reverter do colonial. Ou seja, passar de um momento colonial para um momento não colonial, como se fosse possível que seus padrões e traços deixem de existir.⁴⁴

De forma geral, o termo *descolonial* é mais amplamente utilizado e está associado à corrente de pensamento conhecida como *estudos descoloniais*. Tal abordagem teórica procura desconstruir e dismantelar as estruturas coloniais de poder, promovendo a emancipação dos povos colonizados e o resgate de suas identidades e conhecimentos subalternizados. O foco está na crítica às narrativas hegemônicas e na desestabilização das hierarquias e instituições coloniais, a fim de promover uma transformação social mais igualitária.

⁴⁴ WALSH, C. (2017) *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial*. Equador: Editora Abya-Yala. (Tradução livre)

Já o termo *decolonial*, por sua vez, está mais associado à corrente de pensamento conhecida como *teoria decolonial* que vai além da crítica das estruturas coloniais. Essa abordagem também questiona a modernidade e a universalidade do conhecimento ocidental, ela busca horizontalizar o pensamento e o saber, reconhecendo e valorizando outras formas de conhecimento e epistemologias fora do cânone ocidental. A teoria decolonial enfatiza a necessidade de desconstruir as hierarquias de conhecimento impostas pelo colonialismo e potencializar as vozes e perspectivas histórica e culturalmente marginalizadas.⁴⁵

Assim, embora a diferença entre *descolonial* e *decolonial* seja sutil é importante. Ambos os termos se referem ao movimento e à teoria que buscam criticar e combater as estruturas de poder coloniais e os efeitos duradouros da colonização. No entanto, é importante notar que esses termos podem ter variações de significado dependendo do contexto específico em que são usados.

A ideia na opção por explorar os ecos desse giro decolonial, é perceber que ele se apresenta como um esforço, um desejo ativo em pensar, sentir e existir no mundo de uma maneira que não necessariamente a europeia. O decolonial põe a Europa em posição de horizontalidade com outros lugares e suas formas de pensar e existir, sem

⁴⁵Para um melhor aprofundamento nas ideias descritas, compreendendo sua relevância não só no presente trabalho, mas na atual conjuntura de mudanças e reflexão que se encontra a sociedade atual, recomenda-se a leitura de alguns textos. Embora não haja citação direta aos autores nestes parágrafos, suas ideias foram essências para compreensão do tema e seu desenvolvimento aqui. Recomenda-se a leitura de Walter Mignolo, professor argentino que é hoje uma figura central nos estudos decoloniais, também fundador do Grupo *modernidade/colonialidade* (grupo que leva o nome de um conceito criado por Aníbal Quijano e desenvolvido por Mignolo onde a modernidade e colonialidade são termos inseparáveis como os dois lados de uma mesma moeda). De Mignolo leia-se *The geopolitics of knowledge and the colonial difference. The south atlantic quarterly*, 101(1), 57-96. doi: <https://doi.org/10.1215/00382876-101-1-57>. Não poderia faltar, o já citado Aníbal Quijano, que foi um distinto sociólogo peruano, Sociólogo peruano, Quijano desenvolveu a teoria da "colonialidade do poder", que analisa como as estruturas de poder e dominação colonial continuam a operar nas sociedades pós-coloniais. Seu trabalho enfoca a interseção entre raça, gênero e classe em relação à colonialidade. De Quijano, leia-se *Colonialidad y modernidad / racionalidad*. Perú Indígena, Lima, 1991. (Disponível em [quijano.pdf \(lavaca.org\)](#)). Por fim, recomenda-se também a leitura de *Transmodernity, border thinking, and global coloniality Decolonizing political economy and postcolonial studies* (2011) do também sociólogo e membro do Grupo *modernidade/colonialidade*, o porto-riquenho Ramón Grosfoguel.

que haja um julgamento de valor daquilo que se produz, ou seja, abre espaço para outras realidades em igual proporção e posição na produção de valores, conhecimento e voz.

É importante destacar que a decolonialidade não é apenas uma teoria acadêmica, mas também um movimento político e social que busca a transformação das relações de poder e a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Os autores decoloniais⁴⁶ criticam os discursos e práticas que reforçam a dominação colonial e promovem estratégias de resistência e conhecimento local como formas de descolonização. A decolonialidade surge assim como um campo de estudo multidisciplinar que procura desafiar e desconstruir as estruturas coloniais que ainda influenciam as sociedades contemporâneas. Esses estudos emergem como uma crítica às teorias e práticas eurocêntricas predominantes e busca dar voz e espaço ao conhecimento indígena, afrodescendente e outras perspectivas marginalizadas. Nas palavras de Suze Piza:

O pensamento decolonial é um programa que tem um conjunto de categorias explicativas e de categorias analíticas, cuja função é fazer uma crítica do? modelo colonial ao modelo moderno, moderno&colonial, ou seja, a modernidade e a coloquialidade. No entanto, ele não é apenas um programa ou um modelo que se restringe à interpretação e à crítica, por isso, não é apenas um modelo teórico ou programa que se restringe à academia, porque esse programa ele implica também em muitas possibilidades de intervenção nesse espaço e de ações práticas. Ou seja, pode ultrapassar a teoria, deve ultrapassar teoria, pode ultrapassar a academia, deve ultrapassar academia.⁴⁷

Assim, nosso objetivo com esse trabalho é compor as discussões sobre os usos e percepções de memória e história que surgiram como ecos dos estudos decoloniais. Como exemplo, trouxemos os episódios de quebra das estátuas e monumentos que simbolizam um passado de opressão por compreender que estes são hoje os ecos, as vozes que urgem por decolonialidade nos espaços públicos.

⁴⁶ Outros autores latino-americanos e africanos que podem ser relevantes para a discussão decolonial incluem Achille Mbembe, Walter Dignolo, Frantz Fanon, bell hooks, Stuart Hall, Paulo Freire, Maria Lugones, Anibal Quijano, entre outros. Esses autores abordam tópicos como a colonialidade do poder, epistemologias do Sul, resistência indígena e lutas por autodeterminação cultural.

⁴⁷ Casa do saber. (17 de maio de 2021). O PENSAMENTO DECOLONIAL para superar a Colonialidade e o Racismo Epistêmico | Suze Piza [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=8qs9uXf0IOY>.

Esses episódios estão intimamente ligados aos estudos decoloniais, que propõem uma análise crítica dos legados coloniais e seus impactos atuais.⁴⁸ O ato de quebrar esses símbolos é uma forma de contestar o poder hegemônico e desestabilizar as narrativas dominantes que perpetuam as memórias oprimentes. Essas ações de quebra de monumentos que enaltecem indivíduos ou eventos que representam opressão, violência e injustiça são um pedido por uma memória mais justa, que reconheça a diversidade de vozes e perspectivas marginalizadas ao longo da história.

Além disso, esses episódios também refletem a urgência de se repensar a ocupação e a representação dos espaços públicos, que muitas vezes perpetuam uma visão eurocêntrica e colonialista da história. As estátuas e monumentos são elementos físicos que reforçam a memória coletiva e têm o poder de influenciar a forma como percebemos e compreendemos o passado. Nesse sentido, a rememoração crítica se torna essencial. A rememoração crítica é uma abordagem que busca questionar, de forma reflexiva e transformadora, a memória hegemônica e dominante.

Tal necessidade se dá, pois os espaços públicos, muitas vezes, são concebidos e projetados sob uma ótica colonialista, em que se valoriza e exalta a cultura e a história dos colonizadores, ignorando ou subjugando as culturas e histórias dos povos indígenas e outros grupos marginalizados. São espaços que reforçam a hierarquia do poder, ao privilegiar certas narrativas e marginalizar outras. Para repensar a ocupação e representação dos espaços públicos, é necessário um processo de decolonização urbana. Isso implica em desafiar a hegemonia eurocêntrica e colonial que está presente na construção desses espaços, questionar o aprisionamento das identidades e histórias em moldes pré-determinados, e promover uma inclusão verdadeira e igualitária.

Ao trazer à tona essas discussões, buscamos contribuir para a construção de uma consciência crítica sobre a importância de abordar a memória e a história de forma mais

⁴⁸ Nessa questão de legados coloniais é interessante para maior aprofundamento, Aníbal Quijano, já referenciado acima. Além disso, destaca-se também em contribuições significativas para compreender e desafiar os legados do colonialismo a partir de perspectivas decoloniais e pós-coloniais, Homi K. Bhabha. Seu livro *The Location of Culture* (1994) oferece insights sobre as complexidades da identidade cultural em contextos pós-coloniais. Ele enfatiza o conceito de hibridismo e a negociação de poder e agência por grupos marginalizados dentro de estruturas coloniais e pós-coloniais. Trabalhos como estes são importantes pois examinam criticamente as dinâmicas de poder, as representações culturais e as lutas em curso pela descolonização/decolonização em várias partes do mundo.

igualitária e plural. Acreditamos que é necessário ouvir as vozes que clamam por decolonialidade nos espaços públicos e criar espaços de diálogo e reflexão que levem em conta a diversidade de perspectivas e experiências históricas.

Portanto, com este trabalho, esperamos fomentar um debate enriquecedor sobre os usos e percepções de memória e história, levando em consideração as contribuições dos estudos decoloniais e os ecos presentes nos episódios de quebra de estátuas e monumentos. Buscamos, assim, contribuir para a transformação dos espaços públicos em lugares mais inclusivos, que reflitam a diversidade cultural e histórica de nossas sociedades.

3.2 – O desafio de uma escrita crítica da história

Para a escrita crítica da história é fundamental questionar interpretações predominantes, identificar vieses históricos e revelar perspectivas negligenciadas. No entanto, essa abordagem não é isenta de desafios.

Um exemplo significativo de uma obra que exemplifica a escrita crítica da história é *A História do Declínio e Queda do Império Romano*⁴⁹, de Edward Gibbon, publicado pela primeira vez em 1776. Gibbon questionou a visão tradicional de que o cristianismo foi o principal responsável pelo declínio de Roma, ao atribuir outros fatores, como o enfraquecimento do exército romano e problemas administrativos. Esse trabalho se tornou uma referência importante na historiografia ocidental e pode ser também um exemplo de como uma análise crítica da história pode reformular dados que por sua vez compõe memórias⁵⁰.

⁴⁹ Gibbon, Edward (1989). *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro.

⁵⁰ Vale destacar novamente a obra *Lugares de memória* do já citado aqui Pierre Nora, ela é indispensável na construção de uma história crítica justamente por explorar a parte da história que foge das paredes da academia, ele disserta sobre aquilo que esta em contato com toda gente e muitas vezes participa de um espaço comum, o espaço público. Ao falar de *Lugares de Memória*, Nora argumenta que a memória coletiva é seletiva e moldada de acordo com as necessidades da sociedade, sendo influenciada por questões políticas e ideológicas.

Outra obra que merece menção é *Os Condenados da Terra*⁵¹, de Frantz Fanon⁵², lançado em 1961. Fanon critica o legado do colonialismo nas sociedades africanas, explorando temas como desumanização, racismo e a luta pela libertação. Seu trabalho foi fundamental para a compreensão das tensões sociais e políticas na África pós-colonial, e sua abordagem criticou as narrativas dominantes da época.

Esses e outros exemplos indicam a importância da escrita crítica da história e dos estudos de memória para uma compreensão mais completa do passado. Ao questionar interpretações estabelecidas, analisar diferentes perspectivas e discutir possíveis vieses, podemos ampliar nosso conhecimento histórico, enriquecer o debate acadêmico, além de promover uma aproximação com a sociedade que compõe essa história. Uma escrita crítica da história tem implicações sociais e políticas significativas, pode desafiar narrativas oficiais e conduzir os acontecimentos⁵³ no sentido de contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva e não da destruição.

Entretanto, essa análise e escrita crítica da história enfrenta uma série de dificuldades devido à sua natureza em um campo tão tradicional. A história como disciplina acadêmica tem uma longa tradição de narrativas dominantes que muitas vezes refletem perspectivas colonialistas e patriarcais. Essa tradição, além do rigor metodológico, tende a privilegiar certos eventos, figuras e narrativas em detrimento de outros, contribuindo para a invisibilidade e a marginalização de histórias alternativas e vozes subalternas.

Uma das principais dificuldades em criticar a história já estabelecida está relacionada à resistência à mudança por parte de acadêmicos e instituições tradicionais. Muitos historiadores estão profundamente enraizados em paradigmas historiográficos tradicionais, o que pode tornar desafiador o questionamento desses paradigmas e a introdução de novas perspectivas. Além disso, a crítica da história muitas vezes enfrenta a oposição daqueles que têm interesse em manter as narrativas históricas existentes, especialmente quando essas narrativas sustentam estruturas de poder e privilégio.

⁵¹ FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

⁵² Vale ressaltar aqui, que leitura indispensável para este trabalho, Frantz Fanon é atualmente um dos pensadores mais influentes no campo. O estudioso explorou as dinâmicas da colonização e suas consequências psicológicas e sociais. Sua obra supracitada *Os Condenados da Terra*, juntamente com *Pele Negra, Máscaras Brancas* são marcos no pensamento decolonial.

⁵³ Ver citação 1 da Introdução, sobre acontecimentos.

A construção de uma memória decolonial a partir da crítica da história enfrenta desafios adicionais. A busca por uma memória decolonial envolve a descolonização das narrativas históricas, o que implica em desafiar a supremacia colonialista e eurocêntrica que permeia muitos aspectos da história tradicional. Isso requer a inclusão de vozes e perspectivas marginalizadas, bem como a reinterpretação de eventos históricos sob uma luz mais crítica.

No contexto urbano, as dificuldades da crítica da história e da construção de uma memória decolonial se manifestam de várias maneiras. As cidades muitas vezes são palco de narrativas excludentes aqui já citadas. A gentrificação, por exemplo, frequentemente apaga histórias e comunidades urbanas que não se encaixam nos interesses econômicos dominantes. Superar essas barreiras exige uma reavaliação profunda da história urbana e a inclusão das experiências das populações marginalizadas.

No espaço público, a crítica da história e a construção de uma memória decolonial podem encontrar resistência por parte das autoridades que controlam monumentos e memoriais.⁵⁴ Muitas estátuas e monumentos celebram figuras históricas controversas ligadas a opressão colonial e racial. O movimento para remover ou recontextualizar esses símbolos muitas vezes enfrenta resistência daqueles que argumentam que estão preservando a história⁵⁵, mesmo que essa história seja dolorosa para muitas comunidades.

Nas universidades, onde a história é ensinada e pesquisada, a crítica da história e a memória decolonial podem encontrar resistência institucional. As estruturas curriculares muitas vezes refletem uma perspectiva tradicional da história, com ênfase em eventos e figuras eurocêntricas. Mudar essas estruturas requer um compromisso com a

⁵⁴ Nesse sentido entra novamente uma questão de grande importância, o espaço público, em sua definição mais simples, é frequentemente considerado como um lugar aberto, acessível a todos e onde a sociedade pode se reunir, interagir e expressar livremente suas ideias e identidades. No entanto, essa ideia de que o mesmo pertence a todos e a ninguém não condiz com a realidade, pois o Estado se apresenta como dono ao gerir, regulamentar, dar ou negar o direito a residir, estar ou estabelecer algo em seu domínio, etc. Isso revela que, muitas vezes, esse conceito de espaço público é uma ilusão, onde a palavra "público" não reflete a realidade.

⁵⁵ Algumas alternativas e pensamentos sobre isso serão desenvolvidas no próximo tópico "O que fazer ao que já não pertence".

diversidade epistêmica e a inclusão de abordagens decoloniais nos programas acadêmicos.

No meio disso, é inegável considerar que os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na promoção da crítica da história e na construção de uma memória decolonial. Eles frequentemente pressionam por mudanças nas narrativas históricas e na forma como a história é ensinada. Não obstante os acontecimentos que deram impulso inicial a esta tese foram realizados por organizações sociais, por exemplo, o já citado movimento *Black Lives Matter* tem destacado a importância de reconhecer e enfrentar o legado da escravidão e do racismo nos Estados Unidos, e que gerou uma onda de protestos ao redor do mundo, além de dar voz a outros de mesma temática, isso tudo tem levado a um debate público sobre monumentos, lugares, nomes de ruas, etc. ligados a figuras históricas ou episódios opressores.

Para enfrentar esses desafios, é crucial que a crítica da história e a construção de uma memória decolonial se baseiem em abordagens interdisciplinares e dialoguem com teorias críticas, como o pensamento pós-colonial e a teoria crítica racial. Além disso, a colaboração entre acadêmicos, ativistas e comunidades afetadas é essencial para ampliar as perspectivas históricas e superar as barreiras impostas pela tradição histórica dominante.

3.3 – O que fazer ao que já não pertence?

Nos últimos anos, temos testemunhado um crescente debate em todo o mundo sobre o destino de monumentos que representam uma memória dolorosa, colonial e racista. A remoção desses monumentos não é apenas uma questão de eliminar o passado, mas também de criar um espaço para diferentes narrativas históricas. Diversos setores, incluindo acadêmicos, políticos, ativistas sociais e militantes, têm apresentado alternativas para lidar com esses monumentos controversos.

Uma alternativa amplamente defendida é a recontextualização dos monumentos. Isso envolve a instalação de placas explicativas ou exposições próximas aos monumentos, contextualizando sua história e destacando suas implicações históricas. Segundo o historiador Marcelo Andrade em entrevista online ao jornal *Folha de Londrina*:

Uma possibilidade são os monumentos ganharem placas explicativas, códigos QR com links para textos que tragam toda a história por trás daquele personagem, porque foram colocados ali, por quem são contestados e por quais motivos. Elementos que possibilitem um posicionamento do observador, um estímulo ao debate. Tão crucial quanto derrubar estátuas é informar as pessoas quem foram essas personalidades no nosso passado.⁵⁶

Essa é uma abordagem que se conseguir funcionar bem permite que as pessoas compreendam o significado completo dos monumentos e as circunstâncias em que foram erguidos. Entretanto não é necessário só um trabalho de recontextualização, atrelado a ele deve haver um projeto de educação. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, fornecendo informações sobre o contexto histórico e social em que esses monumentos foram criados.

Outra solução proposta é a desmonumentalização e remoção responsável. Em alguns casos, a remoção total dos monumentos é considerada a melhor opção. No entanto, essa remoção deve ser realizada de maneira responsável, preservando os monumentos para fins educacionais e históricos. Dessa forma a presente solução visa a transferência dos monumentos para museus ou espaços de memória, onde podem ser exibidos e estudados de maneira mais aprofundada. Isso ajuda a preservar a história, ao mesmo tempo em que retira esses símbolos de honra pública. Museus podem oferecer um ambiente controlado para a análise crítica e a reflexão sobre os passados que se põem em causa relativos a cada monumento ali presente.

Todavia, não é simplesmente retirar esses monumentos indesejados do espaço público e realocá-los em um espaço de memória, para que essa alternativa surta o efeito desejado, é indispensável a implementação de um criterioso trabalho de curadoria. O processo de curadoria é fundamental porque esses monumentos se tornarão parte integrante de espaços musealizados, nos quais a apresentação e a interpretação adequadas são cruciais.

A curadoria desempenha um papel vital na contextualização e na análise crítica desses monumentos. É responsabilidade dos curadores garantir que a história por trás desses símbolos seja apresentada de maneira equilibrada e informativa. Isso envolve não

⁵⁶ Martins, M. (2020, 27 de junho). Derrubada de estátuas abre discussão sobre homenageados com passado duvidoso. *Folha de Londrina*. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-mais/derrubada-de-estatuas-abre-discussao-sobre-homenageados-com-passado-duvidoso-2997082e.html?d=1>. Acesso em: 13 de agosto de 2023.

apenas a exposição física dos monumentos, mas também a criação de exposições ou programas educacionais que abordem o contexto histórico, social e cultural em que esses monumentos foram originalmente erguidos.

Além disso, a curadoria deve permitir um espaço para diferentes perspectivas e vozes, incluindo aquelas das comunidades afetadas pelos monumentos. A diversidade de interpretações e opiniões sobre esses objetos deve ser refletida nas exposições e nas discussões proporcionadas pelos espaços musealizados.

Outra opção seria uma consulta pública pois o parecer e a participação comunitária são fundamentais para decidir o destino de monumentos controversos. Envolver as comunidades afetadas, incluindo grupos marginalizados, nas decisões sobre a remoção ou preservação dos monumentos é uma maneira de garantir que suas vozes sejam ouvidas. A democracia participativa pode ajudar a encontrar soluções que respeitem os sentimentos das comunidades envolvidas.

Embora seja uma forma simples de conhecer a vontade do povo e garantir uma tomada de decisão mais inclusiva e democrática, essa alternativa enfrenta alguns desafios significativos. Alguns deles são:

1) *Desigualdade de Poder*: As comunidades afetadas nem sempre têm o mesmo poder de influência que as autoridades ou grupos que apoiam a preservação dos monumentos. Isso pode resultar em desequilíbrios no processo de tomada de decisão, onde as vozes das comunidades marginalizadas podem ser subestimadas;

2) *Resistência à Mudança*: Pode haver resistência à ideia de consultar a comunidade e permitir que ela tome decisões sobre monumentos controversos. Aqueles que defendem a preservação dos monumentos podem argumentar que isso é um ato de "apagar a história" ou ceder a pressões políticas;

3) *Processo Demorado*: A consulta e participação comunitária muitas vezes envolvem um processo longo e complexo, o que pode tornar a tomada de decisões mais demorada em comparação com abordagens mais centralizadas, e por fim,

4) *Desafios Logísticos e Orçamentários*: Realizar consultas comunitárias eficazes pode exigir recursos significativos em termos de tempo, dinheiro e pessoal. As autoridades podem enfrentar desafios logísticos e orçamentários para facilitar esse processo de maneira adequada.

Outra alternativa na lida com monumentos indesejados seria sua substituição por figuras e eventos históricos subalternos. Embora pareça esbarrar no mesmo problema de representatividade social, onde só a versão de um certo grupo é louvada, se mostra uma alternativa interessante. Uma opção idealiza substituir os monumentos controversos por homenagens a figuras e eventos históricos subalternos, que foram marginalizados ou apagados pela narrativa dominante. Isso não apenas corrige as distorções históricas, mas também celebra as contribuições de grupos que historicamente foram oprimidos.⁵⁷

Em última análise, a questão de como lidar com monumentos que trazem uma memória dolorosa, colonial e racista requer um diálogo aberto e inclusivo, levando em consideração as perspectivas de diferentes comunidades e grupos. O que fazer ao que já não pertence é uma pergunta complexa, mas as alternativas mencionadas acima oferecem caminhos para uma abordagem mais justa e equitativa em relação à memória pública e à história coletiva. A transformação desses espaços pode se tornar um símbolo do compromisso contínuo com a justiça social e a reconciliação.

⁵⁷ Algo parecido aconteceu em Bristol no episódio narrado aqui no capítulo 1, sobre a retirada da estátua de Colston. Os manifestantes ergueram no mesmo plinto a estátua da ativista Jen Reid que participou das manifestações, entretanto a prefeitura retirou a obra menos de um dia depois alegando não haver autorização. Esse episódio além de exemplificar uma das alternativas das quais estamos a tratar, toca novamente na ferida do espaço público, este é frequentemente percebido como o palco da democracia, um lugar onde as vozes da sociedade podem se manifestar livremente. No entanto, ao observar exemplos como este episódio e outros, vemos que o espaço público não é verdadeiramente público, mas sim um espaço controlado por forças invisíveis, onde o acesso e a participação são limitados por uma série de fatores históricos, sociais e políticos.

O tempo de saber que alguns erros caíram, e a raiz da vida ficou mais forte, e os naufrágios não cortaram essa ligação subterrânea entre homens e coisas; [...] Em minha falta de recursos para dominar o fim, entretanto me sinto grande, tamanho de criança...

Carlos Drummond Andrade⁵⁸

Esta secção representa, de fato, uma pausa no percurso desta dissertação, mas longe de ser uma conclusão definitiva. Ao longo desta jornada intelectual, permeada por descobertas e reflexões, ficou claro que as questões e temas abordados estão longe de serem exauridos. Cada investigação conduzida, cada fonte explorada e cada autor descoberto apenas serviram para destacar a riqueza e a complexidade dessas áreas de pesquisa.

Desde o início, quando concebido como "O Urbano como Espaço de Situação e Pertencimento: A Construção da Memória por Meio de Práticas Sociais", este projeto já possuía uma identidade distinta, mas ao longo do tempo, passou por um processo constante de evolução e refinamento. A revisão crítica do projeto, realizada em diálogo com professores e colegas, desempenhou um papel fundamental nesse processo de aprimoramento.

Durante essa trajetória, inúmeras transformações foram implementadas, e grande parte delas emergiu das leituras realizadas ao longo da escrita e da orientação cuidadosa que recebi. Essas modificações, em sua maioria, tinham como objetivo principal tornar a tese mais acessível e fluente para o leitor, ao mesmo tempo em que se esforçavam para abordar as necessidades contemporâneas de forma mais acentuada.

Portanto, as metamorfoses pelas quais esta tese passou ao longo de sua elaboração não são apenas uma prova da adaptabilidade do projeto, mas também um testemunho do compromisso contínuo com a qualidade, a relevância e a atualização das pesquisas no

⁵⁸ Andrade, C. D. D. (1998). Os últimos dias. A rosa do povo. Rio de Janeiro: Record.

campo da história, da memória e das práticas sociais. A natureza em constante mutação dessas áreas exige uma abordagem flexível e uma disposição constante para visitar e repensar nossas ideias e abordagens.

Assim, enquanto esta dissertação pode estar chegando ao seu fim, ela é, na realidade, apenas um ponto de partida para investigações futuras e debates contínuos sobre os temas aqui abordados. O desafio de compreender a relação entre memória, história e acontecimentos contemporâneos permanece, e espero que este trabalho tenha contribuído de alguma forma para enriquecer esse diálogo e inspirar novas investigações e reflexões. À medida que avançamos, a busca pelo entendimento do passado e sua influência em nosso presente continua, e é um compromisso que abraçamos com entusiasmo e dedicação.

De fato às considerações finais pode-se dizer que ao longo desta tese, mergulhamos profundamente na intrincada relação entre memória, história e acontecimentos contemporâneos, revelando um panorama rico e multifacetado das forças que moldam nossa percepção do passado e, por conseguinte, nossa compreensão do presente. Assim, conforme nos aproximamos do fim deste trabalho, é imperativo refletir sobre as principais conclusões e implicações que emergem dessa exploração.

1. Memória como Força Viva e Ativa

Uma das conclusões mais marcantes deste estudo é a compreensão da memória como mais do que uma simples lembrança do passado. Ela é uma força viva e ativa que influencia nossas escolhas, valores e aspirações. Através das narrativas transmitidas de geração em geração e das histórias pessoais, a memória se torna a argamassa que constrói nossa sensação de pertencimento e conexão com o mundo ao nosso redor. Ela é a força motriz por trás da nossa identidade individual e coletiva.

2. A Complementaridade entre Memória e História

Outro insight importante é a complementaridade entre memória e história. Enquanto a história busca fornecer uma narrativa estruturada e objetiva dos eventos passados, a memória enriquece essa narrativa ao adicionar cores e perspectivas humanas. Embora essa complementaridade possa criar tensões, ela também enriquece nossa compreensão global do passado, mostrando que a busca por uma história imparcial pode ser desafiadora, mas recompensadora.

3. A Influência dos Acontecimentos Contemporâneos

Os acontecimentos contemporâneos têm um poder transformador na relação entre memória e história. Os debates globais em torno da derrubada de estátuas e monumentos controversos demonstraram como os eventos atuais podem reconfigurar nossa percepção do passado. Esses acontecimentos desafiam e moldam nossa compreensão coletiva do passado, destacando a dinâmica ativa da memória.

4. O Papel da Crítica e da Reinterpretação

A crítica da história e a reinterpretação de monumentos desempenham um papel vital na construção de uma memória mais justa e inclusiva. Este estudo revelou a importância de questionar interpretações tradicionais, identificar vieses históricos e dar voz a perspectivas negligenciadas. A revisitação crítica do passado oferece a oportunidade de corrigir distorções e promover a justiça social e a reconciliação.

5. A Necessidade de Inclusão e Diversidade na Narrativa Histórica

Por fim, esta pesquisa enfatiza a importância da inclusão e diversidade na construção da narrativa histórica. A memória coletiva é formada por uma multiplicidade de perspectivas e vozes, e é crucial reconhecer a contribuição de diferentes grupos sociais para uma compreensão mais completa do passado. A luta pela representação nos espaços públicos é fundamental para construir uma história mais justa e inclusiva.

Em última análise, esta tese contribui para um debate crítico e reflexivo sobre a construção da memória e da história em uma sociedade em constante evolução. Reconhecemos que a memória não é um relicário do passado, mas uma força dinâmica que está em constante diálogo com os acontecimentos contemporâneos. Portanto, à medida que concluímos este trabalho, instamos a continuar a explorar e aprofundar essas complexas relações, promovendo uma compreensão mais profunda do nosso mundo e de nós mesmos como participantes ativos na criação e revisão contínua da narrativa histórica.

- ANDERSON, B. (1983) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Andrade, C. D. D. (1998). Os últimos dias. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record.
- ANZALDÚA, G. (1987) *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books.
- ASSMANN, J. (2011). *Cultural Memory and Western Civilization: Functions, Media, Archives*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BENJAMIN, Walter. (2005) Sobre o conceito de história. Trad. J. M. Gagnebin e M. L. Müller. In: LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo.
- BHABHA, H. K. (2012). *The location of culture*. Londres: Routledge.
- BLOCH, M. (2002) *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BORGES, J. L. (1979). *Prosa Completa*. Barcelona: Ed. Bruguera [original: 1944].
- BOSI, E. (2006) *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BURKE, P. (2005). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [original: 2004].
- CAITANO, F. (2019) *Descolonização do imaginário: o papel da memória no contexto das políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica.
- CAVALCANTI, A. H. (2012). Nietzsche, a memória e a história: reflexões sobre a segunda consideração extemporânea. *Philosophos*, Goiânia, v.17, n. 2, p. 77-105, jul./dez.
- CHARTIER, R. (1990) *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil [original: 1988].
- DASTON, L. (2017) *Historicidade e Objetividade*. Org. Tiago Santos Almeida. Trad. Derley M. Alves; Francine Iegelski. São Paulo: Liber Ars.
- DAVIS, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- DEL PRIORE, M. (2011) *Histórias e conversas de mulher: 500 anos de vida brasileira*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- DU BOIS, W. E. B. (1903) *The Souls of Black Folk*. Chicago: Oxford University Press.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- FOUCAULT, M. (1984) *Microfísica do poder*. 4ªEd, Rio de Janeiro: Graal.

- FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FOUCAULT, M. (1999) *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes. — (Coleção tópicos) [original: 1966].
- GIBBON, Edward (1989). *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro.
- GINZBURG, C. (2002) *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GROSFUGUEL, R. (2008). Transmodernity, border thinking, and global coloniality: decolonizing political economy and postcolonial studies. In.: TRANSMODERNITY: *Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*. ISSN: 2154-1361.
- HABERMAS, J. (2003) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALBWACHS, M. (2004) *Los marcos sociales de la memória*. Barcelona, Antropos [original: 1925].
- HALBWACHS, M. (2006) *Memórias Coletivas*. São Paulo: Centauro. [original 1950].
- HARTOG, F. (2003) *Regimes d'historicité. Presentisme et experience du Temps*. Paris: Seuil.
- HARVEY, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- HOBSBAWM, E. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (1998) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HONORATO, F. A. e PAIVA jr. P. C.A. (2020) *Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica*. v. 7 n. 13 In: Dossiê: Angola do Tempo Presente.
- KOSELLECK, R. (2006) *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio.
- LE GOFF, J. (1990) *Memória*. In: *Memória e História*. Campinas: Unicamp.
- LEFEBVRE, H. (2008). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Ed. Centauro. [original 1968]
- MASSEY, D. (2008) *Pelo espaço: uma nova política de espacialidade*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Memória* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consulta realizada a fevereiro de 2023]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/memória>.

- MENESES, U. T. B. (1992). “A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.34.
- MENEZES, U.T.B. (1992) A história, cativa da memória? Para um mapeamento da história no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo.
- MIGNOLO, W. (2002). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The south atlantic quarterly*, 101(1), 57-96.
- NIETZSCHE, F. (2017) *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. 1ª ed. Tradução de André Itaparica, São Paulo: Hedra. [original: 1874].
- NORA, P. (1978) Mémoire collective. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz.
- NORA, P. (1984), (dir), *Les Lieux de Mémoire*, Vol. I. Paris: Editions Gallimard.
- NORA, P., & AUN KHOURY, T. Y. (2012). Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10.
- ORWELL, G. (2019) *1984*. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras.
- QUIJANO, A. (1991) *Colonialidad y modernidad / racionalidad*. Perú Indígena 13(29): 11-20, Lima.
- RICOEUR, P. (2007) *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ROLNIK, R. (2013). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Editora Boitempo.
- SAID, E. (1979) *Orientalismo*. Nova YorkVintage Books.
- SASSEN, S. (1999) *The Global City*. Princeton: Princeton University Press.
- SAVAGE, K. (2009) *Monument Wars: Washington, D.C., the National Mall, and the Transformation of the Memorial landscape*. By Kirk Savage. Berkeley: University of California Press.
- SERRANO, C.; MUNANGA, K. (1999) *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. São Paulo: Atual Editora.
- SOUZA, J. de. (2022) *Humanos como objetos expositivos: Estudo extracampo sobre a imagem fotográfica da exposição internacional de Bruxelas de 1958 e sua relação com a exploração belga*. Monografia (Bacharel em História da Arte) Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.
- WALSH, C. (2017) *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala.
- WHITE, H. (1995) *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WHITE, H. (2011) A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify. [original: 1990].